



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira
Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica

ANA PAULA LOBO

***Bullying* na escola: construção e validação de um questionário sobre a
percepção dos professores**

Rio de Janeiro
2023

Ana Paula Lobo

***Bullying* na escola: construção e validação de um questionário sobre a percepção dos professores**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Vianna

Rio de Janeiro

2023

Ana Paula Lobo

***Bullying* na escola: construção e validação de um questionário sobre a percepção
dos professores**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-Graduação de Ensino em Educação
Básica, da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Antonio Vianna – Orientador
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IEFD

Prof.^a Dra. Christiane de Faria Pereira Arcuri
Universidade do Estado do Rio de Janeiro-PPGEB/CAP-UERJ

Prof.^a Dr.^a Ana Rosa Jaqueira
Universidade de Coimbra- FCDEF

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CAP/A

L799	Lobo, Ana Paula A interlocução entre a literatura infantil e a educação matemática na construção lúdica dos conceitos matemáticos nos anos iniciais da educação básica / Ana Paula Lobo - 2023. 82f.: il. Orientador: José Antonio Vianna. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. CAP/UERJ. 1. Bullying na escola. 2. Percepção do professor. 3. Questionário. I. Vianna, José Antônio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. CAP/UERJ. III. Título. CDU 371.5
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese/dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, apoiadores incondicionais dos meus estudos. Meu pai Lobão um grande homem, professor, que sempre incentivou minha caminhada na educação, minha mãe Teresa, mulher incrível, exemplo de acolhimento e parceria. Aos meus irmãos Ana Mírian e Lucas que são um presente de Deus em minha vida e a minha encantadora e doce sobrinha/afilhada Helena que com seu sorriso e colocações pertinentes dão mais alegria aos dias da nossa família.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é a realização de um sonho, que muitas vezes percebi distante, mas que com esforço, perseverança e parcerias se tornou real.

À Deus sigo constantemente grata pelo dom maravilhoso que é viver. Agradeço por me permitir compartilhar a vida com a família que tenho, pela saúde e por me carregar no colo nos momentos mais desafiadores.

Ao meu orientador professor Dr. José Antonio Vianna, sempre solícito e que com sua generosidade compartilhou seus conhecimentos. Muito obrigada pela paciência, apoio e por todos os ensinamentos que ampliaram meu olhar sobre o *bullying* e as diversas possibilidades de ser professor nos dias atuais.

Aos meus colegas professores da escola, que em meio a correria do dia a dia, participaram e apoiaram esse trabalho.

Aos meus alunos com quem tanto aprendo, que a cada aula apresentam novos questionamentos e me fazem refletir sobre o que é ser um educador.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB CAp-UERJ) pelos ensinamentos e trocas de experiências.

À minha mãe Teresa, pelo apoio, orações e todo cuidado que sempre teve comigo. Você é luz, um exemplo de amor, generosidade e afeto. Me sinto honrada por ser sua filha.

Ao meu pai Lobão, ser humano do bem, pelos conselhos e por diversas vezes compartilhar comigo as histórias que não se lê nos livros. Por me fazer uma apaixonada pela educação, pelo incentivo, carinho e cuidado. Que benção ter você!

A minha tão amada irmã Ana Mírian, que me incentiva, apoia, dá conselho, puxa a orelha e com quem sei que posso sempre contar. Ao meu irmão Lucas, luz da minha vida, muito obrigada por tudo, conselhos, suporte tecnológico, parceria. Amo vocês!

RESUMO

LOBO, Ana Paula. **Bullying na escola:** construção e validação de um questionário sobre a percepção dos professores. 2023. 83f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Educação Básica) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Com a popularização do termo e o reforço da mídia, o *bullying* passou a ser entendido sob uma abordagem que o caracteriza como epidemia, sendo tratado por especialistas como um problema de saúde pública. Além dessa perspectiva, tem-se a criminalização do fenômeno, amparado pela Lei Federal nº 13.185/2015, e por outras, como a Lei nº 5.824, de 2010, sancionada no Estado do Rio de Janeiro, que obriga escolas a acionarem o Conselho Tutelar e a polícia nos casos de *bullying*. Em ambas as ações, impostas pela lei, é delegado ao professor um papel central na prevenção e controle. No entanto, se observa na literatura a carência de instrumentos para a identificação do fenômeno na perspectiva docente. Assim, o objetivo desse estudo foi construir e validar um instrumento para identificação do *bullying* no ambiente escolar na perspectiva docente. A análise dos dados de validade de conteúdo do instrumento foi realizada através de uma triangulação metodológica, onde o processo de avaliação do instrumento foi constituído de duas etapas: a primeira uma análise individual quantitativa e uma segunda análise qualitativa. O comitê de avaliação foi composto por 8 juízes e pesquisadores na área de conhecimento do instrumento e com ampla experiência em docência. Os resultados das etapas de avaliação individual quantitativa e qualitativa asseguraram a validade de conteúdo do “Questionário *bullying* na escola: a percepção dos professores”, como um instrumento que pode ser utilizado em pesquisas sobre este fenômeno. A etapa do pré-teste de validação de conteúdo do questionário foi realizada com 35 professores (Fem = 23; Masc = 12 / M idade = 42,3 anos) da educação básica (ensino fundamental II e ensino médio). Após responderem ao questionário e serem entrevistados quanto ao seu entendimento, os docentes consideraram o instrumento claro, abrangente, adequado e representativo. Os dados quantitativos obtidos no pré-teste foram tratados baseados na estatística descritiva e os dados qualitativos na perspectiva de Certeau (1988). Os resultados demonstraram que os docentes, em sua maioria, verificam que o *bullying* ocorre, porém não é um conflito recorrente. A atitude docente mais comum quando se observou um caso de *bullying*, foi buscar resolver na própria sala. Zoação/gozações foram os casos mais comuns. A maioria dos respondentes apenas concordou que a Lei 13.185/2015 contribuiu para mudar os comportamentos e atitudes dos professores em relação aos alunos e a consideraram muito importante como fator de prevenção para a violência, a indisciplina e o *bullying* na escola. Recomenda-se a aplicação desse instrumento em um número maior de professores, para o refinamento deste questionário por meio da análise estatística inferencial.

Palavras-chave: *Bullying*. Escola. Percepção. Professor. Questionário.

ABSTRACT

LOBO, Ana Paula. **Bullying at school:** construction and validation of a questionnaire on teachers' perceptions. 2023. 83f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Educação Básica) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

With the popularization of the term and the reinforcement of the media, bullying began to be understood under an approach that characterizes it as an epidemic, being treated by experts as a public health problem. In addition to this perspective, there is the criminalization of the phenomenon, supported by Federal Law No. 13,185/2015, and others, such as Law No. 5,824, of 2010, sanctioned in the State of Rio de Janeiro, which obliges schools to contact the Guardianship Council and the police in cases of bullying. In both actions, imposed by law, the teacher is given a central role in prevention and control. However, the literature lacks instruments for identifying the phenomenon from a teaching perspective. Thus, the objective of this study was to build and validate an instrument for identifying bullying in the school environment from a teaching perspective. The analysis of the instrument's content validity data was carried out through methodological triangulation, where the instrument evaluation process consisted of two stages: the first was an individual quantitative analysis and the second a qualitative analysis. The evaluation committee was made up of 8 judges and researchers in the area of knowledge of the instrument and with extensive experience in teaching. The results of the quantitative and qualitative individual assessment stages ensured the content validity of the "Bullying Questionnaire at School: Teachers' Perception", as an instrument that can be used in research on this phenomenon. The questionnaire content validation pre-test stage was carried out with 35 teachers (Female = 23; Male = 12 / M age = 42.3 years) of basic education (elementary education II and secondary education). After responding to the questionnaire and being interviewed regarding their understanding, the teachers considered the instrument clear, comprehensive, adequate, and representative. The quantitative data obtained in the pre-test were treated based on descriptive statistics and the qualitative data through the perspective of Certeau (1988). The results showed that most teachers see that bullying occurs, but it is not a recurring conflict. The most common teaching attitude when observing a case of bullying is to try to resolve it in the classroom. Mocking/teasing are the most common cases. Most respondents agree that Law 13,185/2015 contributes to changing teachers' behaviors and attitudes towards students and consider it very important as a prevention factor for violence, indiscipline and bullying at school. It is recommended to apply this instrument to a larger number of teachers, to refine this questionnaire through inferential statistical analysis.

Key words: Bullying. School. Perception. Teacher. Questionnaire.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Modelo utilizado para avaliação dos domínios e itens.....	p.39
Quadro 2: Avaliação da Validade de Conteúdo.....	p.46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Qualificação dos Juízes.....	p.31
Tabela 2- Procedimentos mais comuns utilizados para lidar com <i>bullying</i> em sala de aula.....	p.53
Tabela 3- Casos mais comuns de <i>bullying</i> no ambiente escolar.....	p.54
Tabela 4- Características do aluno agressor.....	p.55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IVC- Índice de Validade de Conteúdo

OMS- Organização Mundial de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Aproximação com o tema: aspectos da trajetória pessoal e profissional.....	12
1.2	Problematização	12
1.3	Relevância social.....	14
1.4	Relevância Científica.....	15
1.5	Objetivos.....	15
1.5.1	<u>Objetivo Geral</u>	15
1.5.2	<u>Objetivos Específicos</u>	15
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2.1	Violência na Sociedade.....	17
2.2	Violência na Escola.....	19
2.3	Origem e conceito do <i>Bullying</i>	19
2.3.1	<u>Agressor</u>	21
2.3.2	<u>Vítima</u>	22
2.3.3	<u>Espectador</u>	23
2.4	<i>Bullying</i> na escola.....	24
2.5	Papel do professor.....	26
2.6	Sociologia do Desvio.....	27
3	METODOLOGIA	30
3.1	Tipo de Estudo.....	30
3.2	Local do Estudo.....	30
3.3	Sujeitos Investigados.....	30
3.4	Instrumentos e procedimentos de coleta de dados.....	31
3.5	Análise dos dados.....	33
3.6	Ética na pesquisa.....	34
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
4.1	Processo de construção e validação do questionário.....	35
4.1.1	<u>Estabelecimento da estrutura conceitual</u>	35

4.1.2	<u>Definição dos objetivos do instrumento e a população envolvida.....</u>	36
4.1.3	<u>Procedimentos de construção, seleção e organização dos domínios, dos itens e das escalas de resposta para a estruturação do instrumento.....</u>	37
4.1.4	<u>Avaliação da Validade do Conteúdo.....</u>	45
4.2	Pré-teste.....	49
4.2.1	<u>Avaliação do instrumento.....</u>	49
4.2.2	<u>Considerações dos professores a respeito do tema.....</u>	50
4.2.3	<u>Dados obtidos do questionário.....</u>	51
4.2.3.1	Ocorrência de <i>Bullying</i> na escola.....	52
4.2.3.2	Procedimentos adotados em casos de <i>bullying</i>	52
4.2.3.3	Casos mais comuns de bullying no ambiente escolar.....	54
4.2.3.4	Características dos alunos praticantes de <i>bullying</i>	55
4.2.3.5	A Lei 13.185/15 e a mudança comportamental docente.....	56
4.2.3.6	A Lei 13.185/15 e a mudança comportamental dos alunos.....	58
4.2.3.7	A Lei 13.185/15 como prevenção para a violência, a indisciplina e o bullying na escola.....	59
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	60
6	PRODUTO EDUCACIONAL	62
	REFERÊNCIAS.....	66
	APÊNDICE A	73
	APÊNDICE B.....	76
	APÊNDICE C	76
	ANEXO A.....	80

1 INTRODUÇÃO

1.1 Aproximação com o tema: aspectos da trajetória pessoal e profissional que influenciaram a produção deste trabalho

O tema *bullying* na escola tem-se constituído um valioso estímulo para reflexão desde que acompanhei, pelos noticiários televisivos em 2011, aquele que ficou conhecido como Massacre de Realengo. Um jovem de 23 anos, ex-aluno adentrou uma escola do Rio de Janeiro atirando contra estudantes e docentes, numa chacina que chocou o país, considerada a mais grave em escola brasileira. Essa tragédia culminou com doze mortos -dentre os quais o próprio atirador- e treze feridos. Me lembro que fiquei apreensiva, era recém chegada na cidade do Rio de Janeiro e aguardava a convocação do concurso do Estado para trabalhar pela primeira vez como professora de Educação Física no ensino fundamental II e médio.

Dois anos depois em meados de 2013 veio a convocação e tive contato com o cotidiano escolar e as situações que o permeiam. Ao longo desses anos exerço a docência numa mesma escola e presenciei algumas situações de *bullying* durante as aulas. Por diversas vezes nos conselhos de classe ou em conversas na sala dos professores falávamos sobre esses casos, mas sempre uma discussão pouco aprofundada do tema.

De lá para cá, em alguns momentos casos como o de Realengo tornaram a acontecer, como em Suzano 2019 e o tema do *bullying* na escola, reforçado pela mídia, retornava nas conversas com os colegas na escola. Assim foram surgindo algumas inquietações, a mídia noticiava e expunha a escola, enfatizava os alunos vítimas ou agressores, especialistas eram entrevistados nos programas de televisão, mas pouco se falava sobre os professores e a equipe pedagógica, que é quem de fato habita o chão da escola juntamente com os alunos.

Nesse contexto emergiu o interesse em pesquisar a percepção dos professores sobre o *bullying* na escola.

1.2 Problemática

A violência pode ser definida, de acordo com Minayo (2006), como uma ação intencional, cometida por indivíduo, grupo, instituição, dirigida a outrem, que provoque prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos. É um fenômeno crescente que afeta a sociedade contemporânea, ocasionando sérias consequências individuais e sociais (PEREIRA, 2009).

Uma das formas observadas é a violência juvenil, sendo a escola um dos ambientes em que ela mais se manifesta (JOSÉ DE SOUZA, 2012; LOPES NETO, 2005). Um tipo de violência encontrada no ambiente escolar é o *bullying*, definido como relações assimétricas de poder e tem como característica atitudes agressivas, sem motivo aparente, de caráter intencional e repetitivo. Tais atitudes são categorizadas em insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que ridicularizam outros alunos.

O termo *bullying* é a substantivação do verbo inglês *bully*, (pode ser traduzido como indivíduo valentão, tirano, mandão, brigão) e foi elaborado na Noruega pelo psicólogo Dan Olweus, na década de 1970, para abranger uma gama de outros termos utilizados em vários países do mundo, referindo-se a violências entre pares e sua adoção universal ocorre com o intuito de facilitar a sua classificação, seu reconhecimento, diagnóstico e intervenção, devido à dificuldade de uma tradução fidedigna em outras línguas (FANTE, 2012).

Fante (2012) destaca que o *bullying*, dentre todos os tipos de violência que ocorrem nas escolas é o mais preocupante devido ao aumento da disseminação entre os estudantes. A autora também relata que o fenômeno é uma realidade inegável nas escolas brasileiras, independentemente de turno de estudo, localização ou tamanho da escola.

Contrapondo-se a esta perspectiva de análise, Marafon (2013) questiona a abordagem naturalista do *bullying* e afirma que está virando senso comum, destacando que o olhar padronizado é produzido e divulgado através de publicações e cursos a respeito do fenômeno. Ainda de acordo com a autora, as atitudes e conflitos entre crianças e jovens, especialmente no espaço escolar, nem sempre foram vistos como algo a ser controlado. Amparados por uma política de produção de conhecimento, verdades e subjetivação, estes passaram a ser alvos de predição e prevenção, alçados ao patamar de problema de saúde pública.

Marafon; Scheinvar; e Nascimento (2014) relatam que um dos efeitos de configurações sobre o *bullying* é a alimentação de um ambiente punitivo de fiscalização intensa baseado em pontuações legitimadas como científicas e de verdades estabelecidas.

Com a popularização do termo, o *bullying* passou a ser entendido sob uma abordagem que caracteriza o fenômeno como uma epidemia (BRITO, 2014). Além dessa perspectiva epidemiológica, defendida por especialistas da área médica e reforçada pela mídia, tem-se a criminalização do fenômeno, amparado pela Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), e por outras, como a Lei nº 5.824, de 2010, sancionada no Estado do Rio de Janeiro, que obriga escolas a acionarem o Conselho Tutelar e a polícia nos casos de *bullying* (CANAVÊZ, 2015). Nesse contexto, coube

ao professor a responsabilidade de manter a ordem e assumir um papel de enfrentamento do *bullying* no cotidiano escolar.

Por ser considerado um fenômeno social, o *bullying* foi avaliado nesse estudo de forma a entender o processo em sua totalidade, tendo como base para essa pesquisa a Teoria Interacionista do Desvio, que entende que a análise do fenômeno do desvio tenha como objeto de estudo não somente o indivíduo desviante, mas também aqueles responsáveis pela criação e imposição das regras. Partindo dessa perspectiva considera-se o professor um impositor de regras e, portanto, um dos atores envolvidos no fenômeno do *bullying* na escola e um dos que fazem parte do julgamento do desvio (BECKER, 2019).

Diversos estudos têm como foco principal os agressores e as vítimas de *bullying*. Entretanto Vianna, Souza e Reis (2015) destacam que o *bullying* deve ser analisado considerando todos os atores relacionados com o fenômeno, tanto os que são rotulados com o desvio quanto os responsáveis pela criação e imposição das regras que rotulam os sujeitos.

Nesse contexto percebe-se uma necessidade de investigar qual a percepção dos professores sobre o *bullying* no cotidiano escolar. No entanto, observou-se uma carência de instrumentos de medida com enfoque no professor e na sua percepção sobre o fenômeno. Assim surgiu o interesse em construir e validar um instrumento de medida (questionário) sobre a percepção dos professores acerca do *bullying* na escola.

Coluci *et al* (2015) destacam que instrumentos de medida só são úteis e capazes de apresentar resultados científicos bons quando são desenvolvidos de maneira apropriada. Quando bem desenvolvidos eles exercem grande influência nas decisões sobre o cuidado, intervenções e na formulação de programas de saúde e de políticas institucionais. De igual maneira além da contribuição para coleta de dados científicos robustos, construir e validar um questionário cuja percepção dos professores foi analisada, veio a contribuir para romper com a visão patológica e categorizada do *bullying* que tem por foco a vítima e o agressor, desconsiderando os outros envolvidos no fenômeno.

1.3 Relevância Social

Alves (1991) descreve que um estudo se torna relevante à medida que contribui para a formação do conhecimento e seja útil para a prática profissional ou para elaboração de políticas. Nesse contexto a relevância social nesta pesquisa, através da construção e validação de um

instrumento para analisar a percepção dos professores sobre o fenômeno do *bullying*, se dá pela possibilidade de análise do mesmo em sua totalidade.

Os professores são fundamentais na identificação e penalização dos casos de *bullying* nas escolas. Assim a elaboração de um instrumento que verifique a percepção dos professores pode contribuir para o refinamento dos procedimentos de gestão escolar na prevenção e controle do *bullying* nas escolas e no desenvolvimento de políticas públicas de combate e prevenção do *bullying*.

1.4 Relevância Científica

A relevância científica de uma pesquisa contribui para o entendimento atual do cenário em que se encontra o problema em questão, aponta lacunas neste conhecimento e potenciais progressos (MINAYO, 2009).

Este estudo abordou o *bullying* como um fenômeno social, no qual todos os envolvidos no processo devem ser analisados. No entanto, há uma carência de instrumentos, especialmente para verificar a percepção dos professores. Assim, essa pesquisa torna-se relevante cientificamente quando possibilitou a construção e validação de um instrumento que analisa a percepção dos professores, diferente da maioria dos estudos, que tem como foco as vítimas.

1.5 Objetivos

Os objetivos que orientarão esse estudo são descritos a seguir:

1.5.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse estudo será construir e validar um instrumento para identificação do *bullying* no ambiente escolar na perspectiva docente.

1.5.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos estabelecidos para esse estudo são:

- a) Construir domínios de perguntas no questionário que identifiquem a percepção dos professores sobre casos de *bullying* na escola.

- b) Construir itens de perguntas no questionário sobre a percepção dos professores a respeito da lei do *bullying*.
- c) Avaliar a clareza, a representatividade e a abrangência dos domínios e dos itens no questionário.
- d) Construir um questionário para identificar a percepção dos professores acerca do fenômeno *bullying* na escola.
- e) Realizar a validade de conteúdo do questionário “*Bullying* na escola: a percepção dos professores”.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo serão abordados tópicos importantes para o entendimento do fenômeno *bullying* na escola: violência na sociedade, violência e indisciplina na escola, origem e conceito do *bullying*, *bullying* na escola, papel do professor, Sociologia do Desvio.

2.1 Violência na Sociedade

A violência, historicamente, sempre esteve presente na experiência humana. Em diversas partes do mundo seus impactos podem ser observados e, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), está entre as principais causas de morte de pessoas na faixa etária de 15 a 44 anos. Assim como os seus impactos, algumas causas também são facilmente percebidas, entretanto outras estão enraizadas nas bases culturais e econômicas da sociedade (KRUG *et al*, 2002).

Muitas são as concepções utilizadas pelos estudiosos acerca do fenômeno da violência. Marra (2007) cita a dificuldade em se conceituar a violência, pois cada teoria traz a luz posicionamentos legais com significados diferentes. Minayo (2006) também destaca que uma definição fixa de violência poderá reduzi-la, de forma a compreender mal sua evolução e sua especificidade histórica.

Mediante a isso, torna-se importante destacar alguns autores e suas definições sobre a mesma, pois a violência não é uma, é múltipla. O seu vocábulo, de origem latina, surge da palavra *vis*, que significa força aludindo às noções de constrangimento e utilização da superioridade física sobre o outro. A neutralidade que o termo materialmente aparenta nem sempre é condizente, pois quem avalia os eventos violentos se depara com conflitos de autoridade, disputas pelo poder e a pretensão de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, legais ou ilegais de acordo com as normas sociais ou por aparatos lícitos da sociedade. Segundo Minayo “há violências toleradas e há violências condenadas” (MINAYO, 2006).

Ao se pesquisar no dicionário Aurélio (1986) encontra-se a palavra violência definida como “ato de violentar; qualidade de violento; constrangimento físico ou moral; uso de força; coação”. Minayo e Souza (1997) a conceituam como:

[...] qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações, dirigida a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais (p.514).

A OMS compreende a violência como um problema de saúde pública e a conceitua como:

[...] o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al*, 2002, p.5).

A definição da OMS (KRUG *et al*, 2002) inclui o uso do poder como um tipo de violência, o que abre um leque de entendimento sobre a natureza de um ato violento e amplia a análise convencional de violência, incluindo atos que resultam de uma relação de poder, inclusive ameaças e intimidações. Considerando essa definição tem-se incluído como um tipo de violência o *bullying*, temática dessa pesquisa. uma vez que o mesmo se caracteriza de acordo com Ristum (2010) como abuso de poder físico ou psicológico entre pares.

2.2 Violência na Escola

O tema da violência ganhou notoriedade na década de 1980, em debates públicos que ampliaram as discussões sobre a qualidade de vida da população da periferia das grandes cidades trazendo à tona a questão da segurança (SPOSITO, 2001).

Podendo ser entendido como um fenômeno pertencente à vida humana que envolve historicamente a vida social. A violência pode ser percebida como atos de agressões físicas, verbais, morais, psicológicas, sexuais, torturas dentre outras incivilidades.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2009,

[...] por se caracterizar como um fenômeno social parece inevitável que a violência atinja o espaço escolar e se expresse no cotidiano por meio de atitudes de intolerância e individualismo, entre as mais diversas formas. As variadas expressões de violências costumam permear, de forma contundente ou sutil, o relacionamento estabelecido na comunidade escolar e o desenvolvimento das atividades pedagógicas, como um reflexo ou uma forma de reprodução da vida social (IBGE, 2009, p. 40).

Na escola, a violência evidencia o comportamento de oposição às regras e atividades escolares, a depredação da escola, os furtos e os comportamentos antissociais (PAULA; SALLES, 2010).

As ações de violência mais presentes na escola são de depredação do espaço físico, vandalismo, pichações, brigas, *cyberbullying*, o *bullying*, as incivilidades, indisciplinas, uso e comércio de drogas, furtos e a utilização de armas, ocasionando possíveis mortes (BARBIERE *et al*, 2021). D´Addario (2019) esclarece que nem todos esses fenômenos que acontecem na escola podem ser descritos como violência, considerando alguns como comportamento ou conduta antissocial.

Como cita Cury (2008), da escola espera-se, expressão estrutural da educação básica, a transmissão de conhecimentos necessários para a vida. No entanto, a violência no espaço escolar pode ser considerada um problema social grave capaz de trazer consequências dramáticas para a vida dos educandos, evidenciando medo e insegurança, interferindo nas relações interpessoais e comprometendo o processo de ensino-aprendizagem (FANTE, 2012).

Abramovay e Calaf (2010) dividem em dois tipos a violência escolar: violência da escola e violência na escola. Por violência da escola compreende-se aquela que vem de fora para dentro. Neste tipo de violência encontramos o tráfico de drogas e a entrada de armas na escola. Já a violência na escola, que tem o *bullying* como uma de suas manifestações, é aquela que ocorre no cotidiano da escola, na qual estão relacionadas questões de ordem escolar.

2.3 Origem e conceito do *Bullying*

O termo *bullying* é a substantivação do verbo inglês *bully*, (pode ser traduzido como indivíduo valentão, tirano, mandão, brigão) e foi elaborado pelo psicólogo Dan Olweus, na década de 1970, para abranger uma gama de outros termos referindo-se a violências entre pares utilizados em vários países do mundo e sua adoção universal ocorre devido à dificuldade de uma tradução fidedigna em outras línguas com o intuito de facilitar a sua classificação, seu reconhecimento, diagnóstico e intervenção (FANTE, 2012).

O *bullying* é uma forma de violência multicausal, um fenômeno social problemático grave que está para além do âmbito escolar e pessoal. Se relaciona a diversos fatores que agem de forma inter-relacionada, destacando dentre esses fatores os culturais e os familiares (ANDRADE, 2015).

Ristum (2010) o conceitua como:

[...] abuso de poder físico ou psicológico entre pares, envolvendo dominação, prepotência, por um lado, e submissão, humilhação, conformismo e sentimento de impotência, raiva e medo, por outro. As ações abrangem formas diversas, como colocar apelidos, humilhar, discriminar, bater, roubar, aterrorizar, excluir, divulgar comentários maldosos, excluir socialmente, dentre outras (p. 96).

Fante e Prudente (2015) caracteriza-o como um comportamento cruel presente nas relações interpessoais, em que os mais fortes convertem os mais frágeis em alvos de diversão e prazer, através de “brincadeiras” que disfarçam o propósito de maltratar e intimidar.

D’Adarrio (2019) cita três componentes principais na sua definição:

[...] intencionalidade do comportamento agressivo ou de querer “ferir”; repetição de fatos, mesmo que ocorra fora do horário escolar; relacionamento interpessoal de desequilíbrio de força e poder (p. 18).

Lopes Neto (2005) cita que a relação de poder associada ao *bullying* pode ser consequência da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional, ou do maior apoio dos demais estudantes. Ferreira, Reis e Vianna (2020) destacam que a percepção de poder está relacionada com as diferenças físicas e comportamentais.

Essas práticas podem acontecer muitas vezes de forma velada manifestando-se por meio de “brincadeiras” e estão presentes no processo de escolarização há décadas. Justificativas como “coisa da própria idade” contribuíram para a naturalização e banalização desse fenômeno. Por esse motivo, muitas pessoas afirmam que não seja necessária a preocupação a respeito desse tema, visto que as escolas “sobreviveram” a esses conflitos (BOTH; STIVA; RADUENZ, 2009; ESTEVES, 2015; MARTINS, 2016; REIS *et al.*, 2020).

Quando se iniciaram as pesquisas sobre o bullying apenas as agressões físicas e verbais, consideradas ‘formas diretas’ tinham espaço. No entanto, ao passo que o fenômeno foi se tornando mais observado e conhecido, verificou-se que outras formas igualmente importantes de agressão, caracterizadas pela inexistência de manifestações explicitamente observáveis ou por ação mediada por terceiros, as chamadas “formas indiretas”, estavam sendo deixadas de lado. As manifestações mais frequentes dessas “formas indiretas” são comentários (“fofocas”), propagação de rumores, especialmente de caráter racista, homofóbico e sexista, exclusão ou organização de exclusão social que impede a integração do aluno em um grupo de pares (RISTUM, 2010).

As crianças e adolescentes podem ser identificados como vítimas, agressores ou espectadores, baseado na sua atitude diante de situações de *bullying*. Lopes Neto (2005) cita que o papel que cada educando irá adotar pode ser alterado de acordo com as circunstâncias. Não há evidências que permitam supor qual papel desempenhará cada aluno.

2.3.1 Agressor

Uma característica dos agressores é buscar o reconhecimento de seus colegas, quer por admiração ou por medo. São os que vitimizam os mais fracos, podendo ser de ambos os sexos (PEREIRA, 2009).

Fante (2015) destaca que o poder do agressor pode vir a se irradiar, se transformando numa ação coletiva na qual seus admiradores repetem as suas condutas. A autora ainda enfatiza o papel do agressor como mau-caráter, impulsivo, de condutas antissociais e detentor de uma necessidade de dominar os outros. Oliveira et al (2018), cita que os agressores, podem se envolver em situações de violência ou experiências de atos infracionais.

Lopes Neto (2005) cita características que definem o perfil do agressor.

[...]O autor de *bullying* é tipicamente popular; tende a envolver-se em uma variedade de comportamentos antissociais; pode mostrar-se agressivo inclusive com os adultos; é impulsivo; vê sua agressividade como qualidade; tem opiniões positivas sobre si mesmo; é geralmente mais forte que seu alvo; sente prazer e satisfação em dominar, controlar e causar danos e sofrimentos a outros. Além disso, pode existir um componente benefício em sua conduta, como ganhos sociais e materiais [...]. São menos satisfeitos com a escola e a família, mais propensos ao absenteísmo e evasão escolar e têm uma tendência maior para apresentarem comportamentos de risco (consumir tabaco, álcool ou outras drogas, portar armas, brigar, etc.) [...] (p. 167).

Os sujeitos agressores podem apresentar altos níveis de depressão e desordens emocionais e comportamentais. A maioria apresenta, na opinião dos professores, problemas de aprendizagem e sentem prazer com o ato de agressão (SANTOS; KIENEN, 2014). Oliveira et al (2018), cita que os agressores, podem se envolver em situações de violência ou experiências de atos infracionais.

Sobre as motivações relacionadas ao *bullying*, um estudo apresentado por Oliveira et al (2018), mostram que os agressores apresentam razões pessoais para agir de forma agressiva ou agem em função das características das vítimas, consideradas negativas. Acreditam que, para obter um determinado status, devem afirmar sua dominação e parece não perceberem que liderança pode ser alcançada através de respeito e atitudes positivas (VIANNA; SOUZA; REIS, 2015). Oliveira et al (2021), evidenciam que o desengajamento moral é um forte preditor para o comportamento de *bullying*.

Considerando o gênero do agressor, os meninos agredem tanto colegas do mesmo gênero quanto do gênero oposto. Já as meninas tendem a agredir outras meninas (BANDEIRA; HUTZ, 2012). Além disso, meninos e meninas expressam diferentemente sua agressividade por seguirem os papéis que lhes são atribuídos culturalmente.

Calhau (2009) cita que a agressividade das meninas é marcada mais por formas não físicas, indiretas, dissimuladas, usando da maledicência, exclusão, fofocas, apelidos maldosos e manipulações para infligir sofrimento psicológico nas vítimas.

Marafon (2013) critica a terminologia “agressor” por reproduzir o antigo “menor” e reforça o termo “criança vitimizada” por reproduzir uma “imagem do que deve ser protegido”

Segundo Arroyo (2007), a cultura escolar opera tradicionalmente com parâmetros classificatórios dos educandos. Para Longo (2017) a introdução da categoria “aluno violento” produz um novo parâmetro que toca na dimensão humana mais segregadora, com impactos não somente nos processos de avaliação, ensino e socialização, mas nos seus processos de desenvolvimento psíquico, identitário e ético. E as consequências dessa rotulação são inúmeras e, às vezes, irreversíveis.

2.3.2 Vítima

As vítimas são as que sofrem as agressões, consideradas como menos populares na escola. Lopes Neto (2005) destaca que,

[...]a vítima, em geral, não dispõe de recursos, status ou habilidade para reagir ou cessar o *bullying*. Geralmente, é pouco sociável, inseguro e desesperançado quanto possibilidade de adequação ao grupo. Sua baixa autoestima é agravada por críticas dos adultos sobre a sua vida ou comportamento, dificultando a possibilidade de ajuda. Tem poucos amigos, é passivo, retraído, infeliz e sofre com a vergonha, medo, depressão e ansiedade[...] (p.167).

A vulnerabilidade das vítimas diante dos agressores pode ser justificada por fatores como características físicas, comportamentais ou emocionais. Fante (2012) descreve que suas características mais comuns são aspecto físico mais frágil; medo que lhe causem danos ou de ser ineficaz nos esportes e nas brigas; baixa autoestima; coordenação motora deficiente; insegurança.

As vítimas, segundo pesquisa realizada por Santos e Kienen (2014) sobre a percepção docente, apresentam comportamento desviante, ou seja, aqueles que estão fora do padrão socialmente aceito. De acordo com essa pesquisa diferenças de raça, gênero e nível socioeconômico estão diretamente relacionados à violência.

Elas são subdivididas em categorias: vítima típica ou passiva (aquele indivíduo ou grupo que não reagem as provocações e são atacados repetidamente pelos agressores); vítima provocadora (a que provoca e atrai reações agressivas contra as quais não consegue lidar);

vítima agressora (aquela que diante dos maus-tratos sofridos reage com agressividade) (FANTE, 2012; PEREIRA, 2009).

Os motivos que promovem o silenciamento das vítimas frente às intimidações são: atitudes inexpressivas dos responsáveis quando notificados sobre as intimidações; atitudes familiares violentas, que levam a vítima a visualizar o bullying como uma atitude natural; medo de retaliações devido à revelação da violência sofrida; e ambiente escolar impróprio, que leva ao naturalismo do fenômeno do bullying (BRINO; LIMA, 2015).

É comum que vítimas vivenciem sentimentos de medo, vergonha, raiva e impotência que diminuam a autoestima, bem como estimulem reações de irritação, ansiedade, melancolia e desenvolvam sintomas psicossomáticos como dor de cabeça, sudorese, náuseas, vômito, dor de barriga, tremores, agitação, pesadelos, dores no peito (FANTE, 2012).

2.3.3 Espectadores

Os espectadores são os alunos que presenciam o *bullying*, mas não sofre nem o pratica. São os que adotam a lei do silêncio por medo de se transformar em alvo do agressor. Eles se tornam despreocupados com os outros e os ignoram (D' ADDARIO, 2019; FANTE, 2012).

A maioria dos alunos (espectadores) não apresentam envolvimento direto nos casos de *bullying*, pois se calam por medo de serem o próximo alvo – atitude que ajuda a mascarar o fenômeno. Mesmo não sofrendo diretamente as agressões eles podem se sentir inseguros e incomodados, reagindo negativamente, uma vez que seu direito de aprender em um ambiente seguro e solidário foi violado, o que pode interferir na sua capacidade e progresso acadêmico e social (FANTE, 2012).

A rotulação dos comportamentos baseia-se no estabelecimento de categorias que justificam os papéis dos sujeitos envolvidos, seja ele vítima, agressor ou espectador. Ao restringir-se a análise do fenômeno a estes perfis, outras questões envolvidas no processo ficam mascaradas. Para Abramovay e Calaf (2010), o próprio conceito de *bullying* desconsidera o contexto no qual a escola se insere. Além disso, ao estabelecer papéis, rotulam-se comportamentos que, segundo Becker (2008), podem levar a exclusão destes sujeitos no meio social em que vivem.

2.4 *Bullying* na escola

Considerada tradicionalmente um espaço onde se constrói saberes, cujo significado está vinculado a um ambiente seguro que atua direto na formação dos indivíduos, a escola vê “ruir seus muros” ao ter seu cotidiano permeado por influências do mundo exterior, como cita Dayrell (2007). A convivência crescente com situações de violência em muitos momentos leva os educandos, como destaca Lopes Neto (2005), a reproduzirem um comportamento violento resultante da interação entre o desenvolvimento individual e os contextos sociais aos quais estão inseridos.

Oliveira (2020) também destaca que o educando chega na escola trazendo o que já sabe e o que se aprende nas interações com os cotidianos que participa, a partir daí passa a dialogar com os conhecimentos escolares, com os professores, colegas, com os currículos não oficiais, além das aprendizagens diárias no chão da escola. Esses processos plurais de aprendizagem/desaprendizagens não devem ser desconsiderados, pelo contrário tendo-os sido ensinados ou não, devem ser reconhecidos.

Na escola, a violência pode ser considerada um problema social grave com capacidade de trazer consequências dramáticas para a vida dos educandos. Arroyo (2007), destaca que pouco se reflete sobre os impactos de como a condição de pacientes, vítimas de tantas formas de violência podem afetar os processos de socialização, formação intelectual e ética, identitária e cultural, assim como os processos de desenvolvimento humano de tantos coletivos de educandos.

O *bullying* é um tipo de violência que tem crescido (RISTUM, 2010). Vários autores o consideram tema grave, pois tem consequências sérias tanto físicas quanto emocionais, afetando o rendimento escolar, os relacionamentos pessoais podendo levar ao abandono (VIANNA; SOUZA; REIS, 2015).

A escola não é um local isolado, mas está inserida em um bairro, vila ou cidade. Esse ambiente determina vários fatores sociais que podem incentivar o *bullying* ou preveni-lo. Dentre esses fatores sociais podem-se destacar o conceito de violência que prevalece no contexto social; aprendizagem e repetição de comportamentos violentos, existência de preconceitos raciais e ideológicos, passividade social, cultura organizacional, clima organizacional (D’ADDARIO, 2019).

Estudos revelam que os agressores, as vítimas e os espectadores do *bullying* e *cyberbullying* apresentam mais indícios de comportamento antissocial do que aqueles não envolvidos nessas situações. As manifestações de *bullying* podem ocorrer em qualquer escola,

em todos os níveis sociais e qualquer criança pode acabar estando no papel de espectador, vítima ou agressor (D'ADDARIO, 2019).

Tanto no ambiente escolar quanto no ambiente virtual como acontece no *cyberbullying* as ações são premeditadas e objetivam ferir, intimidar, inferiorizar, especialmente aqueles que são considerados “diferentes” (FANTE; PRUDENTE, 2015).

As más relações entre escolares transformaram-se numa questão social muito preocupante, pois não são fatos isolados estando presentes no repertório comportamental de vários alunos. D'Addario (2019) também cita que os meios de comunicação e a mídia intervêm no surgimento do *bullying* quando colocam as crianças e adolescentes em contato direto com a violência, seja através da informação ou através de jogos de vídeo e filmes. Para ele os comportamentos e valores percebidos por eles pela mídia são refletidos em seus comportamentos.

Ainda de acordo com D'Addario (2019), não se trata de proibi-los de ver os conteúdos, mas de avaliar que tipo de conteúdo está adequado, acompanhar e explicar o que não compreendem. O mesmo autor destaca que os meios de comunicação e as novas tecnologias podem apresentar um recurso positivo na prevenção e combate do *bullying*. Na sala de aula, podem auxiliar e complementar livros didáticos, explicações do professor, favorecendo um melhor processamento da informação, de forma a causar um maior impacto emocional, alcançando alunos com dificuldade de atenção.

Reisen, Leite e Neto (2021), descrevem que os efeitos deletérios do *bullying* incluem risco de danos físicos e psicológicos permanentes, até mesmo por aqueles que o vivenciam indiretamente e seu combate atua como uma via prática de promoção de saúde e prevenção de doenças.

As suas consequências afetam todos os envolvidos, porém a vítima em especial, pode continuar sofrendo os efeitos negativos muito além do período escolar. Isso pode vir a acarretar prejuízos em suas relações de trabalho, futura constituição familiar e criação dos filhos, além de prejuízos para sua saúde física e mental (FANTE, 2015).

A superação dos traumas causados pelo *bullying* poderá ou não ocorrer. Caso não aconteça pode desencadear processos prejudiciais ao seu desenvolvimento psíquico. Seus comportamentos e a construção de pensamentos serão afetados e poderá gerar sentimentos negativos, pensamentos de vingança, baixa autoestima, dificuldades de aprendizagem, queda do rendimento escolar (FANTE, 2015; PEREIRA, 2009).

2.5 Papel do professor

A docência constituiu-se em profissão graças à intervenção e ao enquadramento do Estado, que substituiu a Igreja como entidade de tutela do ensino. Desde então, a escola é convocada a acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade. As sociedades passam a atribuir a essa instituição especializada, a escola, a responsabilidade principal da educação das novas gerações, pelo menos no que diz respeito à aquisição das bases da cultura e do conhecimento (NÓVOA, 2022).

Nóvoa (2007) relata que a busca pela resolução das mazelas da sociedade promove o “transbordamento” da escola, termo que descreve uma infinidade de tarefas que foram absorvidas pela escola no decorrer dos séculos XIX e XX. Inicialmente começou com a instrução, foi juntando educação, a formação, desenvolvimento pessoal e moral, a educação para a cidadania e para os valores. Começou por um “currículo mínimo”, mas foi incorporando todos os conteúdos possíveis e imagináveis, e todas as competências, tecnológicas e outras. Para o autor a escola está saturada de missões, e o professor sobrecarregado dessas missões que a sociedade lhe atribuiu.

O professor é visto como solução tanto pelos políticos quanto pela opinião pública. Para Nóvoa (2022) os professores são os responsáveis pela disciplina escolar, no duplo sentido do termo: ensinam as disciplinas, as matérias do programa, em aulas dadas simultaneamente a todos os alunos; e asseguram a disciplina, as regras de comportamento e de conduta dos alunos. De acordo com o autor, é preciso uma reflexão sobre o que se tornou a escola na contemporaneidade e o que se espera, a todo momento, do professor.

Para Candau (2009), os docentes são testados a todo momento quanto a sua resistência, saúde e equilíbrio emocional, além de sua capacidade de mediar conflitos e projetar vivências pedagógicas efetivas. Ela ainda destaca uma pressão social investida sobre a escola e os docentes que não conseguem dar uma resposta satisfatória a tais cobranças.

Nesse contexto, os professores passam a demonstrar evidentes sinais de esgotamento. Ao mesmo tempo em que tem muitas atribuições e desafios, há um descrédito quanto as decisões relativas à profissão. Isso porque o docente está impedido de fazer parte das decisões relativas à sua profissão e as mesmas acabam sendo confiadas a especialistas.

Nóvoa (2009) destaca que a mesma sociedade que atribui diferentes missões à escola é a que desacredita na figura do professor e defende um rompimento com a tradição de se atribuir

à escola todas as missões. Segundo o autor, é preciso repensar o “ser professor” no contexto contemporâneo.

Mediante à tantas atribuições, surge mais uma missão docente: combater e prevenir o *bullying* na escola. Silva *et al.* (2015) ressaltam o papel fundamental dos professores na gestão e prevenção dos conflitos em sala de aula, sinalizando a importância do reconhecimento docente das formas de manifestação e características do *bullying* para que possam intervir efetivamente nessas situações.

Entretanto, a literatura demonstra que há uma dificuldade por parte dos professores em reconhecer as situações de *bullying*, seja pela naturalização do ato de violência, considerando inofensivo ou típico da idade, ou ainda, pela não intervenção por acreditarem estar inaptos para lidar com a situação (SILVA *et al.*, 2014).

Em uma pesquisa realizada por Gisi, Vaz e Valter (2012) confirma-se que o *bullying* não é uma temática suficientemente trabalhada no processo de formação profissional, e que a escola hoje se apresenta com um perfil bastante diferente e para tanto os professores requerem uma formação mais abrangente.

Em um outro estudo citado por Toro, Neves e Rezende (2010), a maioria dos professores não intervém nos casos de *bullying* sob a afirmação de que não presenciam o fenômeno ou percebem-no como brincadeira típica da idade. Assim, percebe-se que a identificação do *bullying* em sala de aula é influenciada diretamente pela ação docente. Seus valores, seus interesses, seus conhecimentos influenciam as suas ações; percepções que podem divergir da visão dos especialistas, os responsáveis pela caracterização do desvio. Por estarem impregnados de crenças e valores, os professores podem intervir nos casos de *bullying* na escola de acordo com suas próprias percepções

2.6 Sociologia do Desvio

Considerado um fenômeno social presente em todo mundo, o *bullying* de acordo com Fante (2015) preocupa a escola e seus profissionais. Atinge tanto os estabelecimentos públicos quanto os privados, sem distinção, colocando a vida dos estudantes em conflito, causando insegurança, medo, perda da motivação para os estudos, comprometendo o seu processo de aprendizagem. Consideramos também, que este fenômeno envolve a todos os atores no ambiente escolar.

Partindo desse pressuposto buscou-se analisar o *bullying* como um fenômeno global, que incluísse todos os atores envolvidos no processo. Assim, este estudo encontrou na Teoria Interacionista da Sociologia do Desvio, que propõe que a análise do fenômeno do desvio tenha como objeto de estudo não somente o indivíduo desviante, mas também aqueles responsáveis pela criação e imposição das regras os argumentos que justificam investigar a percepção de professores (BECKER, 2019).

O fenômeno do *bullying* na perspectiva desse estudo será avaliado de forma a entender a totalidade do processo.

A Sociologia do Desvio foi criada por autores anglo-saxões e aparece primeiramente como uma disciplina no final do século XIX, cuja finalidade era a conceituação de alguns problemas sociais citados pelas obras de criminologia, por tratados filosóficos e ensaios religiosos (LIMA, 2001). Antes disso, vários trabalhos em teologia e criminologia já destacavam as questões morais relacionadas ao pecado e ao crime.

A Sociologia do Desvio, de acordo com Lima (2001) apresenta duas vertentes: a positivista e a interacionista. Os “positivistas” investigam as causas do desvio, e os interacionistas se atentam a construção deste desvio, a rotulação e as suas consequências.

Esta pesquisa abordará a concepção interacionista do desvio que, segundo Lima (2001), caracteriza a moral como sendo construída pela sociedade, dependendo dos sujeitos envolvidos, do contexto social e do momento histórico. Entre as correntes interacionistas do desvio, esta pesquisa irá se basear na teoria da rotulação social de Howard Becker.

Para Becker (2019) o desvio refere-se a algo que viola regras previamente aceitas. Assim, para que um ato seja considerado desviante é necessário que exista uma regra. Segundo o autor, a criação e sua imposição ficam a cargo de um grupo determinado de empreendedores morais.

As regras são produto da iniciativa de alguém e segundo Becker (2019), os empreendedores morais as criam (reformador cruzado) e as impõe (impositores de regras). O reformador cruzado está interessado no conteúdo das regras, para ele as existentes não o satisfazem porque existe algum mal que o perturba. Geralmente, eles recorrem com frequência aos especialistas para a criação de uma regra, o que garante a defesa de interesses destes que as formulam.

Os impositores de regras se responsabilizam por impô-las. Os impositores, de acordo com Becker (2019), acabam cedendo às pressões do ambiente de trabalho e aplicando as regras de forma seletiva. No contexto do *bullying*, o reforço promovido pelos especialistas e pela lei

do *bullying* impõe ao professor a função e responsabilidade de ser um dos principais impositor de regras na escola.

Tárrega *et al* (2021) afirmam que diante de um caso de *bullying*, o professor torna-se a pessoa mais indicada para intervir, erradicar o litígio e mitigar os efeitos daí decorrentes, pois é ele quem lida na ponta do trato com os alunos e que pode diagnosticar sinais de violência na escola deixando que os alunos se sintam em um ambiente acolhedor e promotor do bem estar.

De acordo com Vianna, Souza e Reis (2015), o poder docente se confirma pela influência tanto corretiva quanto persuasiva e os mesmos acabam por atuar como moduladores de comportamento tanto para si quanto para os seus subordinados diante da figura institucionalizada da escola. Ainda nesse estudo, os autores relatam que os alunos investigados afirmavam o papel do professor como impositor de regras.

O desvio é visto como consequência de um processo no qual os empreendedores morais fazem e impõem regras, a partir de seus próprios interesses. Através rotulação, se exerce o controle sobre as pessoas, e, através desse controle, se mantém o status e se legitima o poder (BECKER, 2019).

No caso do *bullying*, a rotulação dos sujeitos ocorre quando os alunos são classificados em agressores e vítimas e as suas definições subtendem a uma moralização de conduta. Segundo a Marafon (2013), o chamado para julgamento e denúncia dos casos de *bullying* altera o olhar sobre o fenômeno, promove um enquadramento, sobre o qual tem-se uma “lógica binária” (vítima/agressor), que é evocada todo o tempo para se justificar o *bullying*. Essa lógica binária que destaca a autora, é a rotulação de comportamentos referida por Becker.

E quem não se enquadra nesse padrão de comportamento pré-estabelecido é considerado um *outsider*, termo que caracteriza aqueles indivíduos que se desviam das regras do grupo, aqueles que estão além das margens de um limite social (BECKER, 2019).

Ao considerar o *bullying* como um comportamento violento e antissocial, cujos efeitos causam prejuízos a outros, se definiu um padrão de comportamento desviante e rotulado. Este tipo de análise por vezes, limita a compreensão do fenômeno, pois o relaciona a algo inerente ao praticante, associando-o, até mesmo, a um quadro de doença (agressores e vítimas de *bullying* passam a ser vistos como portadores de alguma patologia). Desse modo, ao associar a teoria de Becker ao *bullying*, entende-o enquanto fenômeno social e busca analisar todos os envolvidos no processo do desvio, os empreendedores morais, os impositores de regra, os sujeitos rotulados, os responsáveis por esta rotulação e outros mais.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Estudo

Este estudo de construção e validação de questionário foi baseado nos estudos de Coluci *et al* (2015). O questionário é definido por Gil (1989) como uma técnica de investigação que através de indagações na forma escrita procura-se captar crenças, opiniões, sentimentos do participante da pesquisa. Esse instrumento visou atingir os objetivos da pesquisa de forma redigida. A vantagem deste instrumento é a possibilidade de alcance de um maior número de sujeitos, além de permitir sua realização em momento julgado oportuno pelo participante, além de apresentar menos distorções nas respostas.

3.2 Local de estudo

A validação de conteúdo do questionário foi realizada de forma virtual por um comitê de 8 juízes, especialistas e pesquisadores na área de conhecimento do instrumento e com ampla experiência em docência. A avaliação foi feita em duas fases: avaliação individual dos instrumentos e reunião virtual entre a pesquisadora e o comitê de juízes.

O pré-teste de validação de conteúdo do questionário “*Bullying* na escola: a percepção dos professores, foi realizado em uma escola pública localizada no município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro. Essa escola atende o ensino Fundamental II, Médio e o Integral, nos turnos da manhã e tarde. A escola tem 26 professores regentes em seu quadro de horários e outros 10 professores que exercem função extraclasse.

3.3 Sujeitos investigados

O comitê de avaliação foi composto por 8 juízes, seis mulheres e dois homens especialistas e pesquisadores na área de conhecimento do instrumento e com ampla experiência em docência com média de idade de 49,5 anos (faixa etária de 29 a 73 anos). Três participantes com doutorado, quatro mestres e um especialista (*lato sensu*). Dois participantes com artigos e livro publicados nos últimos cinco anos sobre o *bullying*. O tempo médio de experiência docente em diversos níveis de ensino correspondeu a 39,6 anos (9 a 50 anos). A Tabela 1 apresenta a experiência docente por segmento de ensino.

Tabela 1 – Qualificação dos Juízes

Juízes	Idade (anos)	Curso de Graduação	Formação	Experiência docente (X)			Tempo de experiência Docente (anos)
				Ensino Fund	Ensino Médio	Ensino Superior	
1	50	Artes visuais História da arte	Doutorado	x	x	x	26
2	73	Ed Física	Mestrado	x	x	x	50
3	39	Ed Física	Doutorado			x	16
4	44	Ed Física	Mestrado	x	x		19
5	64	Letras	Especialização	x	x		30
6	29	Pedagogia	Mestrado	x			9
7	52	Pedagogia	Doutorado			x	29
8	45	Ed Física	Mestrado	x	x	x	19
Total	396					Total	198
Média	49,5					Média	39,6

Fonte: Elaborado pela autora.

No pré-teste os sujeitos participantes foram 35 professores, 23 mulheres (média de idade de 49,1 anos) e 12 homens (média de idade 42,3 anos) que atuam na escola selecionada, no ensino fundamental II e no ensino médio. Dentre os participantes, quinze professores (42,9%) relataram possuir mais de 20 anos de exercício no magistério, nove (25,7%) entre 15 e 20 anos de magistério, oito (22,9%) entre 10 a 15 anos de exercício no magistério, um professor (2,83%) entre 5 a 10 anos, um professor (2,83%) entre 1 a 5 anos e um professor (2,83%) até 1 ano de exercício no magistério.

Quanto a formação escolar vinte professores (57,2 %) são especialistas, treze (37,1%) com curso superior e dois mestres (5,7%).

Na unidade escolar onde foi realizado o pré-teste, sete professores (20%) não estavam atuando em sala de aula (readaptados de função), quatro professores (11,4%) trabalham apenas com o ensino fundamental II, quatro professores (11,4%) apenas com o ensino médio e os outros 20 professores (57,2%) trabalham em ambos os segmentos (ensino fundamental II e ensino médio).

3.4 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

Esse processo construção e validação de conteúdo adotou as seguintes etapas sistematizadas por Coluci, *et al* (2015):

- I- Estabelecimento da estrutura conceitual: etapa responsável por definir o contexto do instrumento e sustentar o desenvolvimento dos domínios e itens.

- II- Definição dos objetivos do instrumento e da população envolvida.
- III- Construção dos itens e das escalas de respostas.
- IV- Seleção e organização dos itens.
- V- Estruturação do instrumento.
- VI- Validade de conteúdo: avaliação realizada por 8 juízes, especialistas na área do instrumento. O processo iniciou com um convite aos membros do comitê de juízes. Cada participante recebeu uma carta informando os motivos para o convite e a relevância dos conceitos envolvidos e do instrumento a ser avaliado. O procedimento para julgamento e validade de conteúdo foi descrito de forma estruturada e entregue aos juízes. A metodologia proposta pelos autores é caracterizada pela “triangulação metodológica” (COLUCI *et al.*, 2015), na qual o processo de avaliação é constituído de duas etapas: avaliação quantitativa e avaliação qualitativa.

1) Avaliação quantitativa: Na avaliação quantitativa foram utilizados dois instrumentos e avaliação. Os avaliadores receberam instruções em cada estágio de como avaliar cada item, como avaliar o instrumento como um todo e como preencher o questionário que orienta a avaliação. Em ambas as fases da avaliação quantitativa, os juízes puderam elaborar sugestões quanto a inclusão ou eliminação de itens, que também foram consideradas na reformulação de itens do questionário.

a) No primeiro instrumento de avaliação inicial independente, cada juiz recebeu informações para avaliar se cada domínio e os conceitos envolvidos foram adequadamente cobertos pelo conjunto de itens do instrumento e se todas as dimensões foram incluídas. Após a avaliação dos juízes, foi utilizada a taxa de concordância do comitê, considerando como adequados os domínios com resultado maior ou igual a 90% de concordância. Este foi realizado por meio da seguinte fórmula:

$$\% \text{ concordância} = \frac{\text{Número de participantes que concordaram}}{\text{Número total de participantes}} \times 100$$

b) No segundo instrumento de avaliação cada juiz avaliou individualmente o formato do título, as instruções, os domínios, os escores dos domínios, considerando a sua clareza e/ou pertinência ou representatividade. A concordância dos juízes foi verificada por meio do Índice de Validade de Conteúdo (IVC), considerando como aceitável, itens com avaliação superior a 0,78. Este é calculado com a utilização de uma escala tipo Likert de 4 pontos ordinais. Para

avaliar a relevância / representatividade do item, os juízes puderam escolher as seguintes respostas: 1 = não relevante ou não representativo, 2 = item necessita de grande revisão para ser representativo, 3 = item necessita de pequena revisão para ser representativo, ou 4 = item relevante ou representativo. A abrangência, a clareza e a pertinência foram avaliadas com a mesma escala e apresentaram opções como: 1 = não claro, 2 = pouco claro, 3 = bastante claro, 4 = muito claro. O cálculo foi feito a partir da somatória das respostas “3” e “4” de cada juiz em cada item do questionário e dividindo-se esta soma pelo número total de respostas, como demonstrado abaixo. Os itens que receberam pontuação “1” ou “2” foram revisados ou eliminados.

$$IVC = \frac{\text{Número de respostas “3” ou “4”}}{\text{Número total de pessoas}}$$

2) Avaliação qualitativa: Após a avaliação quantitativa do instrumento, que foi realizada pelos juízes de forma individual, ocorreu a segunda etapa de avaliação do instrumento - avaliação qualitativa, na qual foi realizada uma reunião virtual com os juízes, onde os resultados e o questionário com modificações realizadas em função dos resultados obtidos e das sugestões dos juízes foram apresentados para esclarecer dúvidas ou pontos controversos. Por unanimidade o Comitê de Juízes considerou o instrumento modificado após a avaliação quantitativa, válido para ser submetido aos professores no pré-teste.

- VII- Pré-teste: teve como objetivo verificar se todos os itens eram compreensíveis para todos os membros da população a qual o instrumento se destina. Foi realizado com 35 indivíduos da população-alvo. Cada participante completou o questionário e, em seguida, foi entrevistado individualmente com relação ao entendimento dos itens e das palavras e quanto ao preenchimento das respostas. As entrevistas foram gravadas utilizando um aparelho de celular Galaxy S21 5G da Samsung, modelo SM-G991B.

3.5 Análise dos dados

Baseada no estudo de Coluci *et al* (2015) a análise dos dados de validade do instrumento foi realizada através de uma triangulação metodológica, onde o processo de avaliação do instrumento foi constituído de duas etapas: a primeira uma análise individual quantitativa, onde os avaliadores receberam instruções de como avaliar cada item, como avaliar o instrumento como um todo, como preencher o questionário que orienta a avaliação em dois instrumentos de

avaliação de validade de conteúdo. E uma segunda análise qualitativa representada por um processo interativo entre os pesquisadores e os membros do comitê, por meio de entrevistas e discussões para esclarecimento de pontos controversos.

No pré-teste, os dados qualitativos obtidos na entrevista foram tratados na perspectiva de Certeau (1988) - valorizando a voz do entrevistado na íntegra, para posterior descrição, decomposição e síntese (MINAYO, 2019). Para análise dos dados quantitativos foi utilizada a estatística descritiva simples.

3.6 Ética na pesquisa

Os procedimentos aqui descritos cumpriram o dever ético na pesquisa. A instituição onde foi realizado o pré-teste recebeu um “Termo de Autorização Institucional” (TAI) (Apêndice A), nele a instituição autoriza a realização da pesquisa em seu interior com os professores que trabalhavam na escola. Os professores tanto do comitê de juízes, quanto dos sujeitos do pré-teste receberam um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE), o modelo deste documento pode ser encontrado nos apêndices B e C. Nele contém todos os esclarecimentos pertinentes à participação dos sujeitos na pesquisa, bem como, a autorização do uso das informações das entrevistas como dado da pesquisa (nomes fictícios). Para a realização da pesquisa foi necessário que todos os documentos fossem preenchidos e assinados adequadamente.

Esta pesquisa obedeceu às diretrizes e normas da Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que trata sobre a realização de pesquisa com seres humanos, bem como respeitou a Declaração de Helsinque (WMA, 2008).

O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 6.114.859 e foi considerada aprovada para ser realizada (ANEXO A).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Processo de construção e validação do questionário

Os resultados do processo de construção e validação do questionário “*Bullying* na escola: a percepção dos professores”, apresentados a seguir, foram organizados da seguinte forma: Estabelecimento da estrutura conceitual do bullying; Definição dos objetivos do instrumento e a população envolvida; Procedimentos de Seleção e Organização dos domínios, dos itens e das escalas de resposta para a estruturação do instrumento; Validade de conteúdo e Pré-teste.

4.1.1 Estabelecimento da estrutura conceitual do *bullying*

Como citado nas etapas fundamentais para constituir a validação de um instrumento, este iniciou-se a partir da conceituação do fenômeno *bullying*. Seu estudo sistemático, como cita Pereira (2011), iniciou na Suécia na década de 70. No entanto, no final do ano de 1982, os jornais noruegueses noticiavam o suicídio de três crianças com grandes chances de terem sido influenciados por situações de maus-tratos a que eram sujeitadas pelos seus companheiros de escola.

Foi Dan Olweus, um pesquisador na Universidade de Bergen na Noruega, quem desenvolveu os primeiros critérios para detectar o *bullying*, possibilitando diferenciar de outras possíveis interpretações como incidentes, gozações ou brincadeiras próprias (PEREIRA 2011), indicando que este fenômeno ocorre entre jovens através de atos de violência simbólica, psicológica e / ou física, com objetivo de humilhar, isolar ou depreciar a vítima, com atitudes agressivas, realizadas de forma repetitiva e intencional (ABRAMOVAY; CALAF, 2010), que reforçam as características da repetição, do prejuízo e da desigualdade de poder entre vítima e agressor (BANDEIRA; HUTZ, 2012; TREVISOL; CAMPOS, 2016; BRINO; LIMA, 2015; CROCHIK, 2012; FANTE, 2011).

Outros estudos caracterizam o *bullying* como direto - expresso por apelidos, roubos, ofensas verbais ou expressões e gestos que possam causar algum constrangimento na vítima. E o *bullying* indireto - marcado por atitudes de indiferença, difamação, negação e isolamento (LOPES NETO, 2005). O *bullying* pode ser físico - envolve “socos, chutes, pontapé, empurrões, bem como roubo de lanches ou material”. Ou verbal - inclui insultos e apelidos que promovam vergonha e humilhação. O *bullying* relacional está ligado aos prejuízos no relacionamento

social da vítima. Enquanto o *bullying* eletrônico, também chamado de *ciberbullying*, ocorre quando as agressões são realizadas via internet (FARIA; ZANINI; PEIXOTO, 2018; BANDEIRA; HUTZ, 2012).

As diferentes percepções desenvolvidas no meio social, implicaram na patologização, na midiática e na judicialização do bullying (CHAVES; SOUZA, 2018; SILVA; COSTA, 2016; LOPES; SAAVEDRA, 2004; ARAÚJO, 2012; CHRISPINO; GONÇALVES, 2013; GALVÃO *et al.*, 2010; MARTINS, 2005; BRITO, 2014). Com base nos conhecimentos acumulados na literatura sobre o fenômeno, foram elaborados os objetivos do instrumento. Autores relatam que esta etapa inicial de levantamento de literatura sobre o construto é de suma importância para o desenvolvimento de instrumento válido. Quanto mais detalhado for o instrumento, melhor ele conseguirá abranger o construto em questão (SOKEN *et al.*, 2022).

4.1.2 Definição dos objetivos do instrumento e a população envolvida

Segundo Canavéz (2015) existem duas questões sociais relacionadas à prevenção e ao combate ao *bullying*: a judicialização e o apelo aos especialistas. A judicialização dos casos aponta para a perspectiva do uso do judiciário como um poder capaz de intervir nas relações entre as partes envolvidas, enquanto o apelo aos especialistas os reconhece como “dotados do cientificismo” e, portanto, os mais aptos a lidar com as questões do *bullying* na escola.

A perspectiva de que o fenômeno está disseminado no meio escolar foi utilizado como justificativa para a promulgação de diversas leis no âmbito local, estadual e Federal (FERREIRA; REIS; VIANNA, 2020; BRITO, 2014). No Brasil, a Lei Federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), na qual os professores passaram a ser um dos principais responsáveis pela identificação e intervenção nos casos de *bullying* no ambiente escolar. No entanto, os estudos sobre o *bullying* na escola têm focalizado, principalmente, os vitimizados, com pouca ênfase sobre os outros atores no ambiente escolar.

Entre os estudos que observaram o professor como agente neste processo, existe uma percepção comum de que o docente pode atuar como um mediador em casos de *bullying* (TREVISOL; CAMPOS, 2016), cujo papel é fundamental na gestão e prevenção dos conflitos em sala de aula (SILVA *et al.*, 2015). Porém, Silva *et al.* (2014) argumentam que parte dos professores não reconhecem as situações mais sutis do *bullying* e, em parte, se julgam inaptos para lidar com a situação.

Outros trabalhos sugerem que os docentes podem não reconhecer nos atos de indisciplina, violência e “zoação” entre os alunos na escola, casos de *bullying* (SILVA *et al.*, 2015; FERREIRA; REIS; VIANNA, 2020; SILVA; SILVA, 2021). Assim como parecem não identificar o caráter repetitivo e intencional das agressões - uma das características do *bullying* -, o que não foi mencionado pelos professores investigados por Silva *et al.* (2015). Enquanto a maior parte dos pesquisados por Toro, Neves e Rezende (2010) afirmaram não terem presenciado o fenômeno ou o perceberem como brincadeira típica da idade.

Entre as poucas pesquisas que utilizaram um instrumento padronizado e validado para coletar dados com os professores, está a investigação de Alkmin, Izbicki e Melo (2014), na qual os autores utilizaram o Teacher Report Form para a coleta de dados que permitissem comparar os escores observados de problemas de comportamento, com os dados coletados com alunos.

A carência de instrumentos para identificação e avaliação do *bullying* foi apontada em estudo de revisão realizado por Alkmin-Carvalho *et al.* (2014). Em pesquisa de revisão de literatura no período de 2000 a 2012, os autores buscaram verificar como eram avaliadas as situações de *bullying* no Brasil, “a fim de descrever as estratégias e os instrumentos utilizados pelos pesquisadores para identificar situações de *bullying* em instituições de ensino brasileiras e discutir o alcance e as limitações das diferentes técnicas de avaliação” (p.345). Pode-se identificar no trabalho de Alkmin-Carvalho *et al.* (2014) que as pesquisas sobre o tema focalizavam nos alunos, e utilizavam, predominantemente, versões traduzidas de escalas e questionários padronizados em outros países, mas sem evidências de validação para a realidade brasileira.

4.1.3 Procedimentos de construção, seleção e organização dos domínios, dos itens e das escalas de resposta para estruturação do instrumento

Os domínios e itens apresentados aos juízes para avaliação, foram construídos a partir dos conhecimentos acumulados na literatura da área. O primeiro domínio avaliado foi o perfil demográfico e social do respondente. Além deste, foram propostos os seguintes domínios: Identificação da ocorrência do *bullying* na unidade escolar; identificação da ação docente em caso de *bullying*, comportamentos mais frequentes na prática do *bullying*; perfil do agressor; efeitos da aplicação da lei do *bullying*; efeitos da legislação nas atitudes e comportamentos do professor; efeitos da legislação nas atitudes e comportamentos dos alunos; percepção da importância da legislação na prevenção da violência na escola.

Após o estabelecimento dos domínios, se procedeu a construção dos itens do instrumento, respeitando os critérios de objetividade, da simplicidade, da clareza, da precisão, da validade, da relevância e da interpretabilidade (COLUCI *et al.*, 2015). Na seleção foram considerados o título, as instruções, as escalas de respostas e os escores.

Os juízes responderam dois instrumentos na etapa de avaliação quantitativa. Em um dos instrumentos, a avaliação envolveu duas fases: 1) avaliação dos domínios e 2) avaliação dos itens. Foi solicitado aos juízes que verificassem se a estrutura do domínio e seu conteúdo estavam corretos, se o conteúdo contido no domínio era representativo e se estava apropriado aos respondentes, no que se referia à abrangência (verificar se cada domínio ou conceito foi adequadamente coberto pelo conjunto de itens). Na segunda fase, foi pedido para que avaliassem cada item separadamente, considerando os conteúdos de clareza e pertinência/representatividade conforme descrito: *Clareza*: avaliar a redação dos itens, ou seja, verificar se eles foram redigidos de forma que o conceito esteja compreensível e se expressa adequadamente o que espera medir; *Pertinência ou representatividade*: notar se os itens realmente refletem os conceitos envolvidos, se são relevantes e, se são adequados para atingir os objetivos propostos.

Os juízes utilizaram uma escala sobre concordância para avaliar estes critérios, assinalando um X no campo correspondente. Ao lado de cada escala, havia espaços para que pudessem redigir sugestões para melhorar o item, sugerir inclusão e/ou exclusão de itens, ou fazer comentários.

No outro instrumento de avaliação do questionário, os juízes avaliaram o título, o formato (layout), as instruções, cada item separadamente, e o escore do instrumento (cálculo e classificação), considerando os conceitos de clareza (avaliar a redação, ou seja, verificar se o conceito pode ser bem compreendido e se expressa adequadamente o que se espera medir) e pertinência / representatividade (notar se há relação entre os conceitos envolvidos, se é relevante e se atinge os objetivos propostos). Em seguida, cada domínio e o instrumento foi avaliado como um todo, determinando sua abrangência (verificar se cada domínio foi adequadamente coberto pelo conjunto de itens e se todas as dimensões foram incluídas).

Os juízes utilizaram uma escala de 1 a 4 para avaliar estes critérios, assinalando um X no campo correspondente. Ao lado de cada escala, havia um espaço para redigir sugestões ou fazer comentários, que foram considerados para a melhoria do questionário.

O quadro 1 representa o modelo de avaliação dos domínios e avaliação dos itens respondidos pelos juízes.

Quadro 1: Modelo utilizado para avaliação dos domínios e itens

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

PPGEB- Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira

QUESTIONÁRIO BULLYING NA ESCOLA - PROFESSORES**INSTRUÇÕES PARA ANÁLISE DE INSTRUMENTO**

Para realizar a avaliação do conteúdo do instrumento QUESTIONÁRIO BULLYING NA ESCOLA – PROFESSORES, descrevemos abaixo os conceitos envolvidos no estudo.

O Bullying tem sido caracterizado como um fenômeno social disseminado no meio escolar. Para a compreensão e explicação do fenômeno bullying na escola em sua totalidade, há a necessidade de ampliar a lente de pesquisas que tiveram como foco a relação vítima / agressor, desconsiderando os demais envolvidos no fenômeno. Diante deste cenário, no qual a legislação indica os professores como um dos principais agentes pela identificação e intervenção nos casos de bullying no ambiente escolar, este instrumento tem por finalidade verificar a percepção dos professores sobre o fenômeno do bullying na escola.

A avaliação envolve duas fases: 1) avaliação dos domínios e 2) avaliação dos itens.

1 Avaliação dos domínios:

Pedimos que avalie, primeiramente, os domínios. Verifique se a estrutura do domínio e seu conteúdo estão corretos, se o conteúdo contido no domínio é representativo e se está apropriado aos respondentes. Portanto, considere o conceito de abrangência conforme descrito abaixo, na sua avaliação:

Abrangência: verificar se cada domínio ou conceito foi adequadamente coberto pelo conjunto de itens.

Durante essa fase, você poderá sugerir a inclusão ou exclusão de itens nos domínios e opinar se os itens realmente pertencem ao domínio correspondente.

2 Avaliação dos itens:

Na segunda etapa, pedimos para que avalie cada item separadamente, considerando os conteúdos de clareza e pertinência/representatividade conforme descrito:

Clareza: avaliar a redação dos itens, ou seja, verificar se eles foram redigidos de forma que o conceito esteja compreensível e se expressa adequadamente o que espera medir;

Pertinência ou representatividade: notar se os itens realmente refletem os conceitos envolvidos, se são relevantes e, se são adequados para atingir os objetivos propostos.

Utilize a escala sobre concordância para avaliar estes critérios, assinalando um X no campo correspondente. Ao lado de cada escala, deixamos espaços para que possa redigir sugestões para melhorar o item, sugerir inclusão e/ou exclusão de itens, ou fazer comentários. Além disso, poderá visualizar o novo instrumento em anexo.

AVALIAÇÃO DA VALIDADE DE CONTEÚDO

1º passo - Especificação dos Domínios: Avalie se cada Domínio do instrumento foi adequadamente coberto pelo conjunto de itens.

DOMÍNIO 1: IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E DEMOGRÁFICO DOS RESPONDENTES

O Domínio 1 realmente expressa seu conteúdo?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 2: IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO BULLYING NA UNIDADE ESCOLAR

O Domínio 2 realmente expressa seu conteúdo?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 3: IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO DOCENTE EM CASO DE BULLYING

O Domínio 3 realmente expressa seu conteúdo?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 4: IDENTIFICAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS MAIS FREQUENTES NA PRÁTICA DO BULLYING

O Domínio 4 realmente expressa seu conteúdo?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 5: IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO AGRESSOR

O Domínio 5 realmente expressa seu conteúdo?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 6: IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DA APLICAÇÃO DA LEI DO BULLYING NOS COMPORTAMENTOS DOS ATORES ESCOLARES

- Os efeitos da Legislação do Bullying na ocorrência do fenômeno na escola
- Os efeitos da Legislação nas atitudes e comportamento do professor
- Os efeitos da legislação nas atitudes e comportamentos dos alunos

Cada item do Domínio 6 realmente expressa seu conteúdo?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 7: IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Cada item do Domínio 7 realmente expressa seu conteúdo?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

2º passo – Avaliação dos itens: Avalie cada item quanto à clareza (redação dos itens, se eles foram redigidos de forma que o conceito esteja compreensível e se expressa adequadamente o que se espera medir) e à representatividade (notar se os itens realmente refletem os conceitos envolvidos, se são relevantes e, se são adequados para atingir os objetivos propostos).

DOMÍNIO 1: PERFIL SOCIAL E DEMOGRÁFICO DOS RESPONDENTES

E-mail: _____

Nome da escola: _____ Município: _____ Bairro: _____

Escola: () pública () particular

Idade: _____ anos Sexo: () masculino () feminino

Formação escolar:

() superior completo () especialização () mestrado () doutorado

Curso da graduação: _____

Tempo de exercício no magistério:

() Até 1 ano () 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos

() 15 a 20 anos () mais de 20 anos

Você leciona em qual segmento de ensino nesta unidade escolar?

() Ensino Fundamental I () Ensino Fundamental II () Ensino Médio () Normal

O item Perfil social e demográfico do instrumento é claro, está compreensível?

OPÇÕES (X)	COMENTÁRIOS
CONCORDO	
NÃO CONCORDO	

O item Perfil social e demográfico é representativo ao conceito explorado, é relevante?

OPÇÕES (X)	COMENTÁRIOS
CONCORDO	
NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 2: IDENTIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO BULLYING

1) Você já observou algum caso de bullying na escola?

(1) Nunca

(2) Quase nunca

(3) Às vezes

(4) Quase sempre

(5) Sempre

O item 1 do instrumento é claro, está compreensível?

OPÇÕES (X)	COMENTÁRIOS
CONCORDO	
NÃO CONCORDO	

O item 1 é representativo ao conceito explorado, é relevante?

OPÇÕES (X)	COMENTÁRIOS
CONCORDO	
NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 3: AÇÃO DOCENTE EM CASO DE BULLYING

2) Em sua opinião, qual a atitude mais comum, entre os professores, ao observar um caso de bullying em sala de aula?

- () Resolver na própria sala de aula, conversando com os envolvidos e demais alunos;
- () Encaminhar o aluno agressor para a direção ou coordenação pedagógica;
- () Solicitar a presença do responsável dos alunos envolvidos na escola;
- () Encaminhar para o conselho tutelar;
- () Suspender o aluno agressor das suas aulas;
- () Aplicar sanções disciplinares
- () Outros: _____

O item 2 do instrumento é claro, está compreensível?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

O item 2 é representativo ao conceito explorado, é relevante?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 4: IDENTIFICAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS MAIS FREQUENTES NA PRÁTICA DO BULLYING

3) Em sua opinião, quais são os casos mais comuns de bullying no ambiente escolar. Pode assinalar mais de uma opção.

- () Zoação / gozações
- () Ameaças / intimidações
- () Agressão verbal
- () Agressão física
- () CiberBullying
- () Apelidos cruéis
- () Acusações injustas
- () Outros

O item 3 do instrumento é claro, está compreensível?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

O item 3 é representativo ao conceito explorado, é relevante?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 5: IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO AGRESSOR

4) Em sua opinião, quais as principais características dos alunos praticantes de bullying?

- () Antissocial
 () Violento
 () Indisciplinado
 () Mau-caráter
 () Impulsivo
 () Arrogante
 () Mais forte
 () Mais habilidoso
 () Outros _____

O item 4 do instrumento é claro, está compreensível?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

O item 4 é representativo ao conceito explorado, é relevante?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 6: IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DA APLICAÇÃO DA LEI DO BULLYING NOS COMPORTAMENTOS DOS ATORES ESCOLARES

5) Em sua opinião, qual a principal consequência, do professor, ao punir o aluno praticante de bullying em sala de aula? Assinale uma opção.

- () Agravar o bullying
 () Combater o bullying
 () Outros _____

O item 5 do instrumento é claro, está compreensível?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

O item 5 é representativo ao conceito explorado, é relevante?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

6) Em sua opinião, a lei de combate ao bullying, contribui para mudar os comportamentos e atitudes dos PROFESSORES em relação aos alunos?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Apenas discordo
- (3) Indiferente
- (4) Apenas concordo
- (5) Concordo plenamente

O item 6 do instrumento é claro, está compreensível?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

O item 6 é representativo ao conceito explorado, é relevante?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

7) Em sua opinião, a lei de combate ao bullying, colabora para mudar os comportamentos e atitudes dos ALUNOS em relação aos seus colegas e aos professores?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Apenas discordo
- (3) Indiferente
- (4) Apenas concordo
- (5) Concordo plenamente

O item 7 do instrumento é claro, está compreensível?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

O item 7 é representativo ao conceito explorado, é relevante?

OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

DOMÍNIO 7: IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

8) Dê a sua opinião sobre a Lei do bullying como prevenção para a violência, a indisciplina e o bullying na escola:

- (1) Sem importância
- (2) Pouco importante
- (3) Razoavelmente importante
- (4) Importante
- (5) Muito importante

O item 8 do instrumento é claro, está compreensível?		
OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	
O item 8 é representativo ao conceito explorado, é relevante?		
OPÇÕES (X)		COMENTÁRIOS
☐	CONCORDO	
☐	NÃO CONCORDO	

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.4 Avaliação da Validade de Conteúdo

No processo de “triangulação metodológica”, foi solicitado aos juízes avaliarem nove domínios e nove itens (Quadro 1), em dois instrumentos de avaliação independentes. Em ambas os instrumentos, os juízes puderam elaborar sugestões quanto a inclusão ou eliminação de itens, que também foram consideradas na reformulação de itens do questionário.

No primeiro instrumento de avaliação inicial independente, no qual o juiz recebeu informações para avaliar se cada domínio e os conceitos envolvidos foram adequadamente cobertos pelo conjunto de itens do instrumento, e se todas as dimensões foram incluídas, foram considerados como adequados os domínios cuja taxa de concordância do comitê seja maior ou igual a 90%.

Quanto ao domínio 1 perfil sociodemográfico, houve 86% de concordância, no item sexo, sendo sugerido a inclusão do termo outros, quanto a formação escolar sugeriu-se a inclusão do item ensino médio.

No domínio 6 - “identificação dos efeitos da aplicação da lei do *bullying* nos comportamentos dos atores escolares” -, o percentual de concordância no que se refere à sua compreensão foi 71%, e no que indica a sua relevância foi 86%, por estes motivos o referido item foi excluído do questionário. Após a exclusão do item, o percentual de concordância no conjunto dos outros domínios e itens, teve como resultado 97,02%, o que assegura a adequação do questionário.

$$\% \text{ concordância} = \frac{163}{168} \times 100 = 97,02$$

[illegible]

DOMÍNIO 5: IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO AGRESSOR**Quadro 2.5** - O Domínio 4 realmente expressa seu conteúdo?

	Juízes								Total	Síntese dos Comentários
OPÇÕES (X)	1	2	3	4	5	6	7	8		
concordo	1	1	1	1		1	1	1	7	100%
Não concordo										

DOMÍNIO 6: IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DA APLICAÇÃO DA LEI DO BULLYING**Quadro 2.6**- O Domínio 5 realmente expressa seu conteúdo?

	Juízes								Total	Síntese dos Comentários
OPÇÕES (X)	1	2	3	4	5	6	7	8		
concordo	1	1	1	1		1			5	71%
não concordo							1	1	2	(8) explicitar que a punição está relacionada à lei

DOMÍNIO 7: IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DA LEGISLAÇÃO NAS ATITUDES E COMPORTAMENTO DO PROFESSOR**Quadro 2.7**- O Domínio 6 realmente expressa seu conteúdo?

	Juízes								Total	Síntese dos Comentários
OPÇÕES (X)	1	2	3	4	5	6	7	8		
concordo	1	1	1	1		1	1	1	7	(4) + O prof conhece a lei?; (8) idem
não concordo										100%

DOMÍNIO 8: IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DA LEGISLAÇÃO NAS ATITUDES E COMPORTAMENTOS DOS ALUNOS**Quadro 2.8**- O Domínio 7 realmente expressa seu conteúdo?

	Juízes								Total	Síntese dos Comentários
OPÇÕES (X)	1	2	3	4	5	6	7	8		
concordo	1	1	1	1		1	1	1	7	(8) reformular a pergunta
não concordo										Em sua opinião, o conhecimento discente sobre a lei colaboraria 100%

**DOMÍNIO 9: IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO NA
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA**

Quadro 2.9- O Domínio 8 realmente expressa seu conteúdo?

	Juízes									Síntese dos Comentários
OPÇÕES (X)	1	2	3	4	5	6	7	8	Total	
concordo	1	1	1	1			1	1	6	86%
não concordo						1			1	

Fonte: Elaborado pela autora

No segundo instrumento de avaliação independente, no qual cada juiz avaliou individualmente o formato do título, as instruções, os domínios, os escores dos domínios, considerando a sua clareza e/ou pertinência ou representatividade, a concordância dos juízes foi verificada por meio do Índice de Validade de Conteúdo (IVC), considerando como aceitável, itens com avaliação superior a 0,78. A validade de conteúdo do instrumento foi considerada aceitável com uma concordância mínima de 0,80, e preferencialmente, superior a 0,90.

De forma similar ao primeiro instrumento de avaliação, o IVC do item 6 - “efeitos da aplicação da lei do *bullying* nos comportamentos dos atores escolares” -, teve o resultado 0,63, ficando abaixo dos valores recomendados. O escore obtido recomendou a exclusão do referido item do questionário. Após a exclusão do item, o escore de concordância no conjunto dos domínios e itens restantes correspondeu a 1,0 neste instrumento de avaliação, o que assegura a validade de conteúdo do questionário.

$$IVC = \frac{297}{296} = 1,0$$

296

Ao final da avaliação quantitativa, uma versão modificada do instrumento foi entregue aos avaliadores, para análise dos pareceristas e finalização do processo de avaliação quantitativa. Na segunda etapa do processo de validação do questionário – avaliação qualitativa -, foi realizada uma reunião virtual agendada entre os pesquisadores e os avaliadores para esclarecer dúvidas e acolher outras sugestões. Nesta reunião de avaliação qualitativa, os juízes consideraram o questionário pronto para ser aplicado em professores no pré-teste.

4.2 Pré-teste

Nessa etapa, 35 professores da educação básica (ensino fundamental II e ensino médio) responderam ao questionário e logo após foram entrevistados quanto ao entendimento do instrumento e se teriam alguma consideração a fazer a respeito do tema. As falas utilizadas para ancorarem a avaliação do instrumento serão identificadas, ao longo do texto, pelo código de letra P mais o número do sujeito investigado.

4.2.1 Avaliação do instrumento

Ao serem indagados todos os professores afirmaram que o questionário é claro, abrangente, adequado e representativo, como apresentado em algumas falas abaixo.

“O questionário está muito claro, é de fácil entendimento, as perguntas estão adequadas pra quem trabalha na escola”. (P1)

“Está bem elaborado, muito objetivo”. (P3)

“Achei bem claro e objetivo, a princípio quando vi o tema achei que fosse mais extenso, gostei da estrutura dele.” (P9)

“O questionário está bem claro, não tive dúvidas para responder as perguntas.” (P10)

“Um questionário claro, estruturado, simples, fácil de responder.” (P15)

“Bem explicadinho, bem formulado, apresenta as várias situações que acontecem na escola.” (P16)

“Gostei do questionário, as perguntas estão claras para o entendimento e aplicação dele nas escolas.” (P24).

“Achei o questionário claro, as perguntas conduzem você a um raciocínio objetivo, coerente, facilita a responder. Ele é amplo, adequado e vem de encontro ao que nós cotidianamente vivemos em sala de aula.” (P33).

“Bem estruturado, com linguagem apropriada e acessível, se valendo de uma abordagem rica em detalhes e temática clara.” (P35).

Essa avaliação referente à semântica do instrumento, realizada com base no julgamento sobre a clareza, o entendimento das palavras, bem como quanto ao preenchimento das respostas no questionário na etapa do pré-teste é necessária, pois como cita Sperling *et al* (2021), uma interpretação ruim das perguntas torna um instrumento de pesquisa inconfiável, por não possuir validade do conteúdo.

Varanda, Benites e Souza Neto (2019) ao realizarem uma pesquisa de validação dos instrumentos (questionário e dois roteiros de grupo focais) utilizados em uma pesquisa qualitativa na área da Educação Física destacaram a importância da validação de conteúdo, pois a mesma trouxe reflexões sobre o que precisava ser repensado para garantir melhor compreensão e melhor eficiência do instrumento.

4.2.2 Considerações dos professores a respeito do tema

Em 27 de Março de 2023 ocorreu um ataque a uma escola estadual em São Paulo, coincidentemente, os questionários foram aplicados, de acordo com o cronograma da pesquisa, em Abril e Maio de 2023. Nesse ataque, o agressor de treze anos era um aluno da escola, que esfaqueou quatro professoras e outro aluno, levando a morte uma professora de 71 anos. A mídia noticiou que o aluno, responsável pelo ataque, sofria *bullying* e que isso teria o motivado (MERGULHÃO *et al*, Jornal O Globo, 2023)

É possível notar na fala de alguns dos professores entrevistados após a aplicação do questionário um certo receio, provavelmente em decorrência desse ataque e de outras supostas ameaças.

“O *bullying* está aí. Estamos muito vulneráveis aqui na escola, se acontece como aconteceu lá em São Paulo, o aluno com a faca, quem está na frente? Quero sair e me aposentar.” (P2)

“A gente fica com medo, tinha um aluno aqui que veio reclamar na coordenação que estava sofrendo ameaça, tentei me colocar no lugar dele, mediar a situação, mas confesso que fiquei com medo depois de ver esse ataque na televisão.” (P6)

“Eu tenho 67 anos, a minha geração quando era jovem sabia para onde estava indo. Percebo que esses alunos, jovens de hoje em dia estão perdidos, muito manipulados pela mídia, para tentarem reproduzir o que aconteceu lá em São Paulo, não custa nada.” (P27)

Chrispino e Gonçalves (2013), chamam a atenção para a midiaticização do fenômeno. Segundo os autores, o poder midiático transforma eventos violentos pontuais na escola em episódios recorrentes. O senso comum passa a ser produzido, e, com ele, vem a supervalorização dos fenômenos através dos sentimentos de medo, insegurança.

Para Marafon Scheinvar e Nascimento (2014), o sensacionalismo midiático produz subjetivações de que o espaço escolar é permeado por um perigo social. Dessa maneira de acordo com estes autores, admite-se que o poder e a influência da mídia podem afetar

diretamente a percepção dos sujeitos e, assim, produzir representações a respeito do *bullying* na escola.

Entretanto, podemos questionar se estas percepções aumentadas estariam contribuindo para o aumento, de fato, dos casos de *bullying* na escola ou se a influência da mídia sobre a percepção dos indivíduos estaria resultando na sobrevalorização da ocorrência deste fenômeno, enquanto este não ocorre na mesma proporção. Sendo assim, faz-se necessário mais estudos para identificar a relação direta entre mídia e *bullying* escolar.

Alguns professores destacaram o fato de sempre terem tratado questões relacionadas ao *bullying*.

“Na verdade, esse tema sempre foi tratado na escola, nós professores quando vemos uma situação de intimidação, implicância mais agressiva a gente intervém.” (P11)

“A gente sempre trabalha essas questões de *bullying*, aqui na biblioteca nós fazemos trabalho de conscientização com os alunos, cartazes para expor na escola.” (P31)

“Na sala, quando percebo uma situação mais grave de intimidação eu procuro intervir, converso corrijo, tento mediar.” (P4)

“Quando vejo uma situação de zoeira mais agressiva, que se repete eu chamo atenção de quem tá fazendo, de quem tá rindo e converso com o aluno que foi intimidado.” (P29)

Quaranta *et al.* (2020) destacam a necessidade da sensibilização dos professores que atuam diretamente na escola e a importância de atuarem na mediação, a partir do reconhecimento da violência, direcionando ajuda para as vítimas e agressores, tanto nas situações explícitas quanto as que ocorrem de maneira velada.

As atitudes citadas pelos professores corroboram com o que Martínez (2009) cita. Para o autor as estratégias de intervenção devem ser baseadas por meio de ações que permitam diálogo, que promovam autonomia e, por fim, que possibilitem mudanças de hábitos que reduzam a exposição e o envolvimento com o *bullying*.

4.2.3 Dados obtidos do questionário

Abaixo serão discutidos dados obtidos com a aplicação do questionário no pré-teste.

4.2.3.1 Ocorrência de *bullying* na escola

No intuito de identificar a ocorrência de *bullying* na escola, os dados obtidos no pré-teste demonstraram que, na percepção dos professores investigados, o *bullying* ocorre às vezes (65,7%), quase sempre (25,7%), sempre (5,7%) e quase nunca (2,9%). Os achados estão de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019, confirmando que existe a ocorrência de *bullying* na escola. No entanto, os dados reforçam o estudo realizado por Reis (2017) e o estudo realizado por Ferreira (2018) nos quais os autores verificaram que, apesar da ocorrência de *bullying*, não se pode afirmar que este está disseminado em todo ambiente escolar e que alcança todos os alunos e professores.

É de suma importância o entendimento de que o *bullying* é um tipo de violência que precisa ser combatida e enfrentada pela escola e demais entidades sociais. Porém, questiona-se a forma como o fenômeno é tratado e difundido na sociedade, através de pesquisas, da legislação e da mídia de uma forma geral.

Ao caracterizá-lo como epidêmico e tratá-lo como problema de saúde pública, a escola e seus professores são questionados quanto a sua capacidade de lidar com esse tipo de conflito e penalizados pelo não enfrentamento ou descaso com o fenômeno (LEI 13.185/2015). Com isso, abre-se caminho para que outras instituições, alheias ao ambiente escolar, façam esse trabalho. Assim, empresas e órgãos passam a oferecer treinamentos contra possíveis ataques nas escolas e surgem profissionais, pesquisas que fundamentam e justificam a sua existência na escola.

4.2.3.2 Procedimentos adotados em casos de *bullying*

No questionário, o item de número 2 se refere a pergunta sobre os procedimentos utilizados para lidar com um caso de *bullying* em sala de aula. Nesse item, os sujeitos têm a opção de assinalar mais de uma resposta. Quando questionados, a opção resolver em sala de aula, conversando com o aluno e demais envolvidos foi o principal procedimento indicado pelos entrevistados (30 ocorrências - 34,1%) como se vê na tabela 2. Os achados corroboram com o estudo de Vianna, Souza e Reis (2015) e com o estudo de Ferreira (2018) em que os docentes acreditam na persuasão como ferramenta para a resolução dos conflitos decorrentes do *bullying*.

Abuchaim e Nascimento (2019), também destacam que em situações de *bullying* a melhor sugestão para o professor deverá ser se pautar pelas “características de excelência

moral”, através da mediação, persuadindo seus alunos por meio da prudência, da virtude e da benevolência.

Tabela 2- Procedimentos mais comuns utilizados para lidar com *bullying* em sala de aula.

Procedimentos	Frequência	Frequência
	Absoluta	Relativa %
Resolver na própria sala	30	34,1
Encaminhar aluno agressor para a direção	26	29,5
Solicitar presença do responsável	23	26,1
Encaminhar para o Conselho Tutelar	1	1,1
Suspender o aluno agressor	5	5,7
Aplicar sanções disciplinares	3	3,5
Outros	0	0
Total*	88	100%

Fonte: Elaborado pela autora. *Foram permitidas respostas múltiplas.

Mesmo a persuasão aparecendo isoladamente como o instrumento mais utilizado para resolver casos de *bullying*, as opções referentes a procedimentos coercitivos quando somadas, apareceram 58 ocorrências nas respostas (66%). No entanto, de acordo com Vianna, Souza e Reis (2015), os alunos parecem acreditar que a persuasão deve ser o procedimento mais indicado para os professores combaterem o *bullying*.

Os modelos punitivos ou fiscalizadores não têm sido apontados nos estudos científicos como alternativas eficazes para a prevenção do *bullying* e podem levar à marginalização dos agressores, sendo ineficazes (LOPES NETO, 2005; RIBEIRO, 2016). Atos punitivos interferem no processo de aprendizagem e impedem o acesso e a permanência na escola, mostrando-se contraditórios quanto ao papel que deve ser desenvolvido pela escola (MORRONE, 2019). As ações punitivas não favorecem a tomada de consciência sobre as regras de convivência ou que o aluno aprenda sobre valores como respeito e autonomia.

Percebe-se que, embora exista um apelo para a intervenção de profissionais alheios ao ambiente escolar para solução do *bullying* na escola, em respostas, os docentes relataram que buscam resolver os casos com a participação de agentes na própria escola, seja conversando com os envolvidos (30 ocorrências – 34,1%), encaminhando para direção ou coordenação pedagógica (26 ocorrências – 29,5%), aplicando sanções disciplinares (3 ocorrências) ou

suspendendo o aluno agressor de suas aulas (5 ocorrências). Já a presença do responsável foi solicitada em 23 ocorrências (26,1%) e foi o terceiro procedimento mais utilizado pelos docentes para intervir nos casos de *bullying*.

4.2.3.3 Casos mais comuns de *bullying* no ambiente escolar

Conforme relatado por Fante (2012), no ambiente escolar é comum existência de diversos tipos de conflitos, tensões entre os alunos ou de algumas interações pautadas pela agressividade. A escola é o espaço onde as diferenças podem ser motivação para gerar conflitos. Essas tensões podem extrapolar o âmbito da brincadeira e se transformar em um conjunto de comportamentos cruéis, intimidadores e repetitivos.

Ao serem questionados sobre os casos mais comuns de *bullying*, que percebiam no ambiente escolar, os professores sinalizaram mais a ocorrência de zoação/gozações (33 ocorrências – 27,5%), conforme apresentado na Tabela 3. Segundo Pereira (2009), esse tipo de atitude é considerado uma forma indireta de *bullying*. Outras formas de *bullying* indireto também foram assinaladas pelos docentes como: a agressão verbal (27 ocorrências – 22,5%); apelidos cruéis (21 ocorrências – 17,5%); ameaças/intimidações (13 ocorrências – 10,8%) e acusações injustas (5 ocorrências).

O cyberbullying que é praticado através da internet, ou seja, através de e-mails, mensagens de texto, postagem em redes sociais foi sinalizado pelos docentes em 14 ocorrências (11,7%). De acordo com Prudente e Fante (2015), a “cibermaldade” extrapola os muros da escola e expõe ainda mais a vítima. Para as autoras esse tipo de violência, quando praticado na rede, se tornam mais cruéis. Na internet os agressores são anônimos, um maior número de pessoas tem acesso a provocação, além do conteúdo nocivo que é muito difícil de ser apagado.

Tabela 3- Casos mais comuns de *bullying* no ambiente escolar

Casos mais comuns de bullying no ambiente escolar	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Zoação/gozações	33	27,5
Agressão verbal	27	22,5
Apelidos cruéis	21	17,5
Cyberbullying	14	11,7
Ameaças/intimidações	13	10,8

Agressão física	7	5,8
Acusações injustas	5	4,2
Não observei		
Outros		
Total	120	100%

Fonte: Elaborado pela autora

4.2.3.4 Características dos alunos praticantes de *bullying*

Segundo os estudos vigentes o *bullying* estabelece uma tipificação de comportamentos. O aluno agressor é rotulado e caracterizado por ser agressivo, impulsivo, arrogante, mau-caráter e de condutas antissociais (CAMPOS; JORGE, 2010; LOPES NETO, 2005; FANTE, 2011). Ao responderem sobre qual percepção tinham sobre as características observadas no aluno praticante de *bullying* o termo indisciplinado foi o mais assinalado (25 ocorrências), conforme demonstrado na tabela 4.

Tabela 4- Características do aluno agressor

Características	Frequência	Frequência
	Absoluta	Relativa %
Indisciplinado	25	29
Impulsivo	16	19
Arrogante	15	17,3
Violento	13	15
Mais Forte	9	10,5
Mau-caráter	4	4,6
Mais habilidoso	4	4,6
Não observei		
Outros		
Total*	87	100%

Fonte: Elaborado pela autora. Foram permitidas respostas múltiplas.

Além da característica indisciplinado (29%), os termos impulsivo (19%), arrogante (17,3%) e violento (15%) foram os destaques na percepção geral dos docentes sobre o perfil do aluno praticante de *bullying*. Dessa forma, os dados desta pesquisa se assemelham aos achados

de Ferreira (2018) e com a fala de Aquino (1994) quando destaca uma tendência psicologizante, que tende a associar o aluno indisciplinado a características de agressividade, rebeldia, apatia, falta de limites e desrespeito.

Brito e Rocha (2016) ressaltam que a diversidade de entendimento do conceito de indisciplina, violência e *bullying* vem norteando ações controvertidas na educação. Da mesma forma, Sposito (2004) e Sebastião (2009), destacam que diferentes usos dos termos violência escolar, *bullying* e indisciplina podem ocasionar intervenções variadas de acordo com o entendimento que os sujeitos envolvidos têm sobre eles, o que poderia supervalorizar determinados fenômenos e/ou naturalizar outros.

Entre a indisciplina e a violência escolar (o *bullying* é um tipo de violência na escola) existe uma linha tênue. É necessário cautela para compreender estes fenômenos a partir de sua origem, fazendo uma leitura a partir do contexto no qual ocorrem. Enquadrar comportamentos dentro deste ou daquele conceito formatado em nada contribui para a resolução dos conflitos na escola; pelo contrário, corre-se o risco de realizar diagnósticos que extrapolam a realidade.

De acordo com Brito e Rocha (2016) a medicalização e a judicialização presentes na sociedade contemporânea tomaram assento nos bancos escolares, centrando as lentes naqueles que agora são classificados como vítimas e agressores, deslocando a condição de aluno a um plano secundário. Segundo tais autores, medicalizar a vida corresponde a patologizar a sociedade e isto não está apenas ligado ao consumo crescente de substâncias psicoativas legais, mas, também, ao olhar classificatório dos sujeitos. Na escola, a medicalização é um modo de ver e fazer a vida escolar que vem preponderando desde o século passado, trazendo especialistas para a rede de educação.

Para Vianna, Souza e Reis (2015), identificar publicamente os agressores pode desencadear um efeito perverso, levando a sua exclusão, e em nada contribuiria para sua mudança e reintegração. Becker (2008) também afirma que o tratamento direcionado aos sujeitos desviantes impede o retorno destes a suas atividades cotidianas, o que reforçaria o seu comportamento desviante. Assim, repensar o *bullying* considerando o processo de socialização dos indivíduos indica um caminho possível para melhor compreensão do fenômeno na escola.

4.2.3.5 A Lei nº 13.185/15 e a mudança comportamental docente

A promulgação da Lei nº 13.185/15, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), data de 6 de novembro de 2015. Oito anos após sua promulgação, 51,4%

dos sujeitos investigados nesse estudo apenas concordaram que a mesma contribui para mudar os comportamentos e atitudes dos professores em relação aos alunos. 28,6% acreditam que a lei é indiferente, 11,4% concordam plenamente e 8,6% apenas discorda.

Admite-se que um aspecto fundamental seria a lei estar em consonância com os agentes sociais. Para tanto, a discussão com a sociedade, particularmente com os mais envolvidos no ambiente escolar, seria fundamental para contribuir à sua formulação, determinando a sua relevância ou não.

Alguns dos docentes investigados, durante a avaliação do instrumento, consideraram a lei indiferente (28,6%) na mudança comportamental e destacaram que:

“A lei só tem efeito quando discutida entre os envolvidos” (P15).

“Criam as leis, impõe e nós que estamos no chão da escola nem somos consultados” (P6).

“Essa lei já é tão antiga e eu nem fazia ideia do que se tratava. (P8).”

Ao que tudo indica, discutir a lei do *bullying* não foi uma preocupação dos seus idealizadores. Corroborando com os argumentos de Becker (2008), ao criar a lei do *bullying*, criou-se o papel de impositor de regras: o professor. Para Becker (2008), os impositores, por pressões em seu ambiente de trabalho, aplicam as regras e identificam os sujeitos desviantes. Ou seja, a aplicação da lei depende da percepção do impositor, que poderá agir diferentemente, dependendo do caso. Além disso, o impositor é constantemente questionado por aqueles que criaram a lei, sendo censurado por não cumprir seu papel.

Silva e Borges (2018) em um artigo publicado na revista *Direito & Realidade* reforçam esse questionamento ao afirmarem que a escola tem se mostrado ineficaz no combate às condutas antissociais que acontecem em seu interior. Assim, reafirmam o apelo aos especialistas para resolverem conflitos na educação.

Dados da pesquisa apontaram que 11,4% dos sujeitos investigados concordaram plenamente com uma mudança comportamental docente proporcionada pela lei. Na percepção desses docentes existe uma crença de que a lei pode mais do que modificar comportamentos e atitudes dos envolvidos; ela pode, também, oferecer suporte à ação dos docentes, que já estão muito assoberbados com responsabilidades outras além do ensino (ZAGURY, 2006). Há com ela a possibilidade de inibição de comportamentos desviantes dando maior conforto psicológico para esses docentes. Esses achados ainda são confirmados nas falas dos sujeitos, conforme pode ser visto abaixo.

“[...] existindo a lei, ficamos resguardados perante os alunos” (P27)

“A lei pune, assim nos ajuda a lidar melhor com os alunos” (P3)

4.2.3.6 A Lei nº 13.185/15 e a mudança comportamental dos alunos

O *bullying* é descrito como um comportamento agressivo, de natureza intencional, que ocorre repetidamente entre pares, durante um prolongado período de tempo, e é caracterizado por um desequilíbrio de poder entre as pessoas envolvidas. A literatura classifica os sujeitos envolvidos com o *bullying* em: vítima, agressor e espectador.

Ao responderem qual a opinião tinha sobre a colaboração da lei de combate ao *bullying* na mudança de comportamentos e atitudes dos alunos em relação aos colegas e professores a maioria dos sujeitos (31,4%) apenas concordaram. Na percepção desses docentes a lei pode ser um incentivo para a mudança de comportamento do aluno. Entretanto, o que se percebe na fala de alguns sujeitos é a mudança de comportamento mediante a punição e judicialização.

“Tendo uma punição e a lei podemos reduzir a ocorrência dos casos de bullying, sabendo que podem ser autuados pela justiça eles podem ter medo e se comportarem melhor” (P30)

“Sabendo que podem ser punidos, encaminhados para o conselho tutelar eles melhoram o comportamento” (P27)

Brito e Rocha (2016) reconhecem, que atualmente há uma busca por punição rigorosa para situações que deveriam ser encaminhadas no ambiente escolar. Na visão desses estudiosos, a escola deve estar atenta para que tais comportamentos não aconteçam, procurando solucionar a questão antes de encaminhar o conflito ao judiciário. Contrapondo a ideia de que a punição (a possibilidade de encaminhamento ao conselho tutelar), citada por um sujeito investigado, seria positiva para a mudança de comportamento do aluno os autores enfocam que:

“[...] quando as questões de disciplina escolar são deslocadas dos profissionais da escola para os da área de segurança pode-se supor que as tarefas educacionais tomam outro rumo e, certamente, os educadores passam a ter mais dificuldades de fixar limites, pois perdem a legitimidade para lidar com a indisciplina, atribuição que não mais lhes pertence. Ganham terreno as soluções pragmáticas, que isolam educadores e individualizam questões, no lugar de se privilegiar uma discussão sobre as práticas coletivas.” (BRITO; ROCHA, 2016, p.338)

4.2.3.7 A Lei nº 13.185/15 como prevenção para a violência, a indisciplina e o *bullying* na escola

A lei nº 13.185/15 tem origem no Projeto de Lei n.º 5.369/2009. Na justificativa do referido projeto de lei, a proposta era a de criar mecanismos de combate ao *bullying*, por meio de uma legislação nacional. De natureza preventiva, nos seus objetivos, constam ações de intervenção e prevenção a todos os tipos de violência (PEREIRA; FERNANDES; DELL'AGLIO, 2022). A maioria dos docentes investigados consideraram a lei muito importante (37,1%) e importante (31,4%) como fator de prevenção para a violência, a indisciplina e o *bullying* na escola.

Fernandes e Dell'Aglío (2023) reforçam a necessidade do cumprimento da lei federal 13.185/2015, afirmando que programas e intervenções *antibullying* precisam ser desenvolvidos, de forma integrada ao currículo escolar, buscando conscientização e compromisso de todos.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa teve por objetivo construir e validar um instrumento para identificação do *bullying* no ambiente escolar. O instrumento elaborado foi fundamentado em um referencial teórico que contempla a temática do *bullying* na escola sobre a ótica da percepção dos professores. O “Questionário *bullying* na escola: a percepção dos professores”, foi elaborado devido a necessidade de instrumentos que contribuam para ampliar e aprofundar a compreensão e a explicação do fenômeno *bullying* na escola através de uma outra perspectiva.

O processo de construção e validação do instrumento além de ser uma técnica para garantir que a pesquisa qualitativa atinja seus objetivos, e tenha certo rigor metodológico, se mostrou de suma importância também para a construção da pesquisadora, e para gerar reflexões acerca do fenômeno.

Os resultados das etapas de avaliação individual quantitativa e qualitativa asseguraram a validade de conteúdo do “Questionário *bullying* na escola: a percepção dos professores”, como um instrumento que pode ser utilizado em pesquisas sobre este fenômeno. O comitê de avaliação foi composto por 8 juízes, seis mulheres e dois homens especialistas e pesquisadores na área de conhecimento do instrumento e com ampla experiência em docência.

Na etapa do pré-teste o questionário foi aplicado em 35 professores da educação básica (23 mulheres com média de idade de 49,1 anos e 12 homens com média de idade de 42,3 anos) em uma escola pública do município de São Gonçalo. Os mesmos responderam ao questionário e ao serem indagados afirmaram que o instrumento é claro, abrangente, adequado e representativo.

Os dados obtidos no pré-teste indicam que a maioria dos docentes percebem que o *bullying* ocorre às vezes. Essa análise possibilitou compreender que, apesar de ser retratado como epidemia e abordado como problema de saúde pública, este não é assim percebido pelos profissionais que se encontram na sala de aula. Os docentes, em sua maioria, verificaram que o *bullying* ocorre, porém não é um conflito recorrente como demonstram as pesquisas.

Observa-se que o apelo midiático em torno do destaque epidêmico do fenômeno transforma a escola em um ambiente que provoca medo e insegurança na sociedade. Ao mesmo tempo exige uma atitude da escola diante de conflitos e diferentes questões que ocorrem em seu interior, porém silencia-se a voz dos agentes sociais que dela fazem parte, recorrendo a

especialistas que não habitam o “chão” da escola. É prudente que comunidade escolar e principalmente, os professores sejam ouvidos e mais bem compreendidos.

Quanto aos procedimentos mais adotados para enfrentar o *bullying*, os docentes relataram que resolver na própria sala conversando com o aluno e os demais envolvidos é o principal procedimento adotado. Sendo a persuasão a principal ferramenta para resolução dos conflitos.

Os resultados também mostraram que a maioria dos docentes tenta resolver o *bullying* através dos agentes internos da escola, mesmo existindo um apelo externo para que outros profissionais atuem sobre o fenômeno na escola.

A respeito da lei 13.185/15 a maioria dos docentes apenas concordou que a mesma contribui para mudar os comportamentos e atitudes dos professores em relação aos alunos e a consideraram muito importante como fator de prevenção para a violência, a indisciplina e o *bullying* na escola. Alguns dos sujeitos investigados acreditam que a lei possa servir como um instrumento de respaldo para suas ações coercitivas diante do *bullying*.

Quanto a mudança de comportamento do aluno em relação a lei, os docentes apenas concordaram. Na percepção deles, a lei pode ser um incentivo para a mudança de comportamento do aluno. Entretanto, o que se percebe na fala de alguns sujeitos é a mudança de comportamento mediante a punição e judicialização.

Por fim, diante dos resultados obtidos no pré-teste, cabe destacar a necessidade de mais pesquisas com o intuito de aprofundar questões referentes a percepção dos professores sobre o *bullying* na escola. E, após o cumprimento das etapas de construção, validação e o pré-teste concluiu-se que a utilização desse instrumento pode vir a contribuir para o refinamento dos procedimentos de gestão escolar na prevenção e controle do *bullying* nas escolas e no desenvolvimento de políticas públicas de combate e prevenção do *bullying*. Recomenda-se a aplicação desse instrumento em um número maior de professores, para o refinamento deste questionário por meio da análise estatística inferencial.

Ao dar voz ao sujeito que lida no trato direto com o aluno, o professor, é possível ampliar a ótica de entendimento do fenômeno e também contribuir para romper com a visão patológica e categorizada do *bullying* que tem por foco a vítima e o agressor, desconsiderando os outros envolvidos.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional desenvolvido foi um instrumento de medida (questionário) sobre a percepção dos professores sobre o *bullying* na escola (quadro 3). De acordo com Coluci *et al* (2015) um questionário é parte integrante da avaliação em saúde e pesquisas, sendo significativos nas decisões sobre intervenções e na formulação de programas de saúde e de políticas institucionais. Tais pesquisadores ainda destacam que o desenvolvimento desse instrumento de avaliação só é útil quando é capaz de apresentar resultados cientificamente relevantes. E, para que isso aconteça as propriedades psicométricas precisam ser boas.

Ao considerar que a validade de um instrumento se dá quando sua construção e aplicabilidade permitem a fiel mensuração do que se pretende mensurar, ou seja, se o conteúdo de um instrumento analisa de forma efetiva, os requisitos para mensurar os fenômenos a serem investigados, o processo de construção e as técnicas utilizadas para a o desenvolvimento desse instrumento de avaliação constaram de etapas e métodos padronizados conforme explicitado por Coluci *et al* (2015).

O comitê de avaliação foi composto por 8 juízes, seis mulheres e dois homens especialistas e pesquisadores na área de conhecimento do instrumento e com ampla experiência em docência, asseguraram a validade de conteúdo do “Questionário *bullying* na escola: a percepção dos professores”, como um instrumento que pode ser utilizado em pesquisas sobre este fenômeno. No pré-teste, os 35 professores na educação básica afirmaram que o instrumento é claro, abrangente, adequado e representativo, o que assegura que o instrumento é válido para aplicação no ambiente escolar.

Assim, consideramos que o “Questionário *bullying* na escola: a percepção dos professores”, pode ser uma ferramenta importante para fornecer informações para a tomada de decisão de gestores e interventores na escola.

QUESTIONÁRIO BULLYING NA ESCOLA – A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Prezado(a) Professor(a) você está sendo convidado a participar desta pesquisa, porque acreditamos que a sua experiência no ambiente escolar pode contribuir para melhorar a compreensão do bullying na escola. Agradecemos a sua colaboração.

Inicialmente, gostaríamos de saber um pouco sobre você, para podermos ver o que diferentes pessoas acham sobre o tema que estamos examinando.

E-mail: _____

Nome da escola: _____ Município: _____

Bairro: _____ Escola: () pública () particular

Idade: _____ anos Sexo: () masculino () feminino () outros _____

Formação escolar:

() ensino médio () superior completo () especialização () mestrado () doutorado

Curso da graduação: _____

Tempo de exercício no magistério:

() Até 1 ano () 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos

() 15 a 20 anos () mais de 20 anos

Você leciona em qual segmento de ensino nesta unidade escolar?

() Ensino Fundamental I () Ensino Fundamental II () Ensino Médio

() Normal

A partir deste ponto, pedimos que você leia e responda as questões conforme as suas próprias experiências sobre o bullying.

1) Você já observou algum caso de bullying na escola? Por favor, marque a melhor resposta.

(1) Nunca

(2) Quase nunca

(3) Às vezes

(4) Quase sempre

(5) Sempre

2) Em sua opinião, qual a atitude mais comum, entre os professores, ao observar um caso de bullying em sala de aula? Por favor, marque tantas respostas quanto for o caso.

() Resolver na própria sala de aula, conversando com os envolvidos e demais alunos;

() Encaminhar o aluno agressor para a direção ou coordenação pedagógica;

- ☐ Solicitar a presença do responsável dos alunos envolvidos na escola;
- ☐ Encaminhar para o conselho tutelar;
- ☐ Suspender o aluno agressor das suas aulas;
- ☐ Aplicar sanções disciplinares
- ☐ Outros: _____

3) Em sua opinião, quais são os casos mais comuns de bullying que você observou no ambiente escolar. Por favor, marque tantas respostas quanto for o caso.

- ☐ Zoação / gozações
- ☐ Ameaças / intimidações
- ☐ Agressão verbal
- ☐ Agressão física
- ☐ Cyberbullying
- ☐ Apelidos cruéis
- ☐ Acusações injustas
- ☐ Não observei
- ☐ Outros: _____

4) Em sua opinião, quais as principais características que você observou nos alunos praticantes de bullying? Por favor, marque tantas respostas quanto for o caso.

- ☐ Antissocial
- ☐ Violento
- ☐ Indisciplinado
- ☐ Mau-caráter
- ☐ Impulsivo
- ☐ Arrogante
- ☐ Mais forte
- ☐ Mais habilidoso
- ☐ Não observei
- ☐ Outros: _____

5) Em sua opinião, a lei de combate ao bullying, contribui para mudar os comportamentos e atitudes dos PROFESSORES em relação aos alunos? Por favor, marque a melhor resposta.

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Apenas discordo
- ☐ Indiferente
- ☐ Apenas concordo
- ☐ Concordo plenamente

6) Em sua opinião, a lei de combate ao bullying, colabora para mudar os comportamentos e atitudes dos ALUNOS em relação aos seus colegas e aos professores? Por favor, marque a melhor resposta.

- ☐ () Discordo totalmente
- ☐ () Apenas discordo
- ☐ () Indiferente
- ☐ () Apenas concordo
- ☐ () Concordo plenamente

7) Dê a sua opinião sobre a Lei do bullying como prevenção para a violência, a indisciplina e o bullying na escola: Por favor, marque a melhor resposta.

- ☐ () Sem importância
- ☐ () Pouco importante
- ☐ () Razoavelmente importante
- ☐ () Importante
- ☐ () Muito importante

Fonte: Elaborado pela autora

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CALAF, P. Bullying: uma face das violências nas escolas. **Revista Jurídica Consulex**, ano XIV, n. 325, ago. 2010.

ABUCHAIM, C. B.; NASCIMENTO, C. R.; "Educação e Violência Verbal: O Ethos do Professor Diante desse Impasse", p. 95 -110. In: **Inteligência Retórica: O Ethos**. São Paulo: Blucher, 2019.

ALKMIN, F.; IZBICKI, S. MELO, M. H. Problemas de comportamento segundo vítimas de bullying e seus professores. **Estud. Pesq. Psicol.**, v.14, n.3, p.834-853, 2014. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2017.1.23916>

ALKMIN-CARVALHO, F.; IZBICKI, S.; FERNANDES, L. F. B.; MELO, M. H. S. Estratégias e instrumentos para identificação de bullying em estudos nacionais. **Avaliação Psicológica**, 2014, 13(3), pp. 343-350. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-04712014000300006

ALVES, A. J. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de pesquisa, São Paulo, v. 77, p. 53-61, 1991.

ANDRADE, E. A.A.P. **Prevalência de Bullying e sua percepção por pais, alunos e professores**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, SP, 2015.

ARROYO, M. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 787-807, out. 2007.

BANDEIRA, C.M.; HUTZ, C.S. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. vol. 16, n.1, p.35-44. Janeiro/Junho de 2012.

BARBIERI, B. C.; SANTOS, N. E.; AVELINO, W. F. Violência escolar: uma percepção social. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 7, 2 de março de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/violencia-escolar-uma-percepcao-social>
Acesso em :17/01/2022

BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BOTH, L.J.R.G.; STIVAL, M.C.E.E.; RADUENZ, E. **A Percepção do Bullying na escola na perspectiva dos estudantes: notas preliminares**. IX Congresso Nacional de Educação-Educere. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUCPR, 26 a 29 de Outubro, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 nov. 2015.

BRINO, R. F.; LIMA, M. H. C. G. Compreendendo estudantes vítimas de bullying: para quem eles revelam? **Psic. da Ed.**, São Paulo, v. 40, p.27-39, 2015.

BRITO, L. M. T. De. **Bullying e cultura de paz no advento da nova ordem econômica. Rio de Janeiro**: Ed. UERJ, 2014.

BRITO, L.M.T.; ROCHA, M.L. Discutindo a indisciplina, a violência e o bullying na instituição escolar. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro v. 16 n. 2 p. 332-345 2016;

CALHAU, L. B. **Bullying**: O que você precisa saber. Niterói: Impetus, 2009.

CAMPOS, H. R.; JORGE, S. D. C. Violência na escola: uma reflexão sobre o bullying e a prática educativa. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 107-128, mar. 2010.

CANDAU, V.M.F. Professor/a: profissão de risco? In: CANDAU, V. M. (Org.). **Didática**: questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Forma e Ação, 2009. p. 93- 98.

CANAVÊZ, F. A escola na contemporaneidade: uma análise crítica do bullying. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 271-278, maio/ago. 2015.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano; artes de fazer**. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1998.

CHRISPINO, A.; GONÇALVES, D. E. Políticas públicas sistêmicas para a redução da violência: a visão de futuro e a resiliência. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 81, p. 821-838, out./dez. 2013.

COLUCI, M.Z.O *et al.* Construção de instrumentos de medida na área de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.20, n.3, p. 925-936, 2015.

CROCHIK, J. L. Fatores psicológicos e sociais associados ao bullying. **Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 211-229, maio/ago. 2012.

CURY, C.R.J. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

D'ADDARIO, M. **Bullying na escola: assédio e intimidação em sala de aula**. 2.ed. Comunidade Europeia, 2019. 138p.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15/01/2022.

DE PAULA, J. M. A.; SALLES, L. M. F. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 2, p. 217-232, 2010.

ESTEVES, P. S. Da M. **A escola não é um lugar fácil...não mesmo!: bullying, não-reconhecimento da diferença e banalidade do mal**. Tese de doutorado em Educação – PUC do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FANTE, C. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para paz**. 7. ed. Campinas: Versus, 2012. 224p.

FANTE, C.; PRUDENTE, N.M. **Bullying em debate**. 1.ed. São Paulo: Paulinas, 2015. 190p.

FARIA, M.; ZANINI, D.; PEIXOTO, E. Questionário de vitimação virtual: propriedades psicométricas e descrições de vitimação virtual. **Aval. Psicol.** v.17, n.3, p.321-329, 2018.

FERNANDES, G.; DELL’AGLIO, D.D. Avaliação de uma intervenção *antibullying* no contexto escolar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 2023. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202340e210096> Acesso em: 18/08/2023.

FERREIRA, T.A.D. **Bullying na escola: análise da percepção docente**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - CAr UERJ. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

FERREIRA, T. A. D; REIS, K. P.; VIANNA, J. A. **Bullying na escola: a percepção dos seus atores**. 1ed. Curitiba: Crv, 2020. 142p.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GISI, M. L.; VAZ, A. A. B.; VALTER, C. C. N. **Bullying: um desafio para a formação de professores**. Seminário de pesquisa em educação da região sul 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

JOSÉ DE SOUZA, K. O. Violência em escolas públicas e a promoção da saúde: relatos e diálogos com alunos e professores. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, v.25, n.1, p.71-79, jan./mar., 2012.

KRUG, E. G. *et al.* Lozano R. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LIMA, R. C. P. Sociologia do desvio e Interacionismo. **Revista Sociologia**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 185-201, 2001.

LOPES NETO, A.A. *Bullying* - comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, RJ, v. 22, n. 81. (5 supl.), p.164-172. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/gvDCjhggsGZCjttLZBZYtVq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24/01/2022.

LOPES NETO, A.A.; SAAVEDRA, L.H. **Diga não para o bullying: Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes**. Rio de Janeiro, ABRAPIA, 2003.146 p.

LONGO, M.M; **Violência e Mediação de Conflitos na Escola: desenvolvendo habilidades sociais e desconstruindo preconceitos**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Pirilampo, 2017. 121p.

MARAFON, G. Vida em judicialização: efeito bullying como analisador. 2013. 163 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2013.

_____.; SCHEINVAR, E.; NASCIMENTO, M. L. Conflitos enquadrados como bullying: categoria que aumenta tensões e impossibilita análises. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 87-104, 2014.

MARRA, C.A. **Violência escolar: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola**. São Paulo: Annablume, 2007. 204p.

Martínez, A. M. Psicologia escolar e educacional: compromissos com a educação brasileira. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v.1 n.13, p.169-177. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v13n1/v13n1a20.pdf> Acesso em: 18/06/2023.

MARTINS, A. C.H.F.S. “Nem sempre o adulto resolve...”: o serviço de orientação educacional e as práticas de *bullying* no primeiro segmento do ensino fundamental. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - CAP UERJ. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

MERGULHÃO, A. *et al.* Ataque a escola em SP: entenda em cinco imagens como foi a dinâmica do crime. **Jornal O Globo**, São Paulo, 28/03/2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/03/ataque-a-escola-em-sp-entenda-em-cinco-imagens-como-foi-a-dinamica-do-crime.ghtml>

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. 132 p.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de: Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.513-531, nov. 1997-fev. 1998.

MORRONE, M. L. Transferência compulsória no regimento escolar: um processo de exclusão na educação básica. **Revista Educação, Psicologia e Interfaces**, Campo Grande, v. 3, n. 3, p. 48-63, 2019. Disponível em: <https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/165> . Acesso em: 18/06/2023.

NÓVOA, A. **Desafios do professor no mundo contemporâneo**. São Paulo: Sinpro, 2007.

_____. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, A., colaboração de Yara Alvim. **Escola e Professores: proteger, transformar, valorizar**. Salvador: SEC/IAT, 2022. 116p.

OLIVEIRA *et al.* Modos de explicar o bullying: análise dimensional das concepções de adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.23, v. 3 p. 751-761, 2018.

OLIVEIRA *et al.* Bullying e mecanismos de desengajamento moral: revisão sistemática da literatura com metanálise. **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 25. 2021.

OLIVEIRA, I. B. Epistemologia do Sul e o Cotidiano Escolar: desaprendizagem, desobediência e emancipação social. **Desidades - Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, v. 28, p. 51-67, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/n28/n28a05.pdf> Acesso em: 19/01/2022

PEREIRA, S. M. S. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2009. 93p.

PEREIRA, E.; FERNANDES, G.; DELL'AGLIO, D.D. O *bullying* escolar na legislação brasileira: uma análise documental. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, e249984, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3c5JH9PMJ4hZTCdM49vJwTJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23/07/2023.

QUARANTA G. F., *et al.* *Bullying* Escolar: Avaliação de uma intervenção realizada com professores de uma escola da capital brasileira. **Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde**, Pernambuco, v. 5, n. 2, dez. 2020. Doi: <https://doi.org/10.5935/2446-5682.20200020>.

REIS, K.P. *et al.* A percepção dos praticantes de *bullying* na escola. **Educação**, v.45. jan-dez, 2020.

REISEN, A.; LEITE, F.M.C.; NETO, E. T. S. Associação entre capital social e bullying em adolescentes de 15 a 19 anos: relações entre o ambiente escolar e social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, (Supl. 3), p. 4919-4932, 2021

RIBEIRO, M.C. **O desenvolvimento cognitivo dos autores de bullying: implicações para a aprendizagem escolar**. 208f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

RISTUM, M. **Bullying escolar**. In: Assis SG, Constantino P, Avanci JQ, organizadores. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2010. p. 95-119.

SANTOS, M. M.; KIENEN, N. Características do *Bullying* na percepção de alunos e professores de uma escola de ensino. **Temas em psicologia**, Londrina, v.22, n. 1, p. 161-178, 2014.

SEBASTIÃO, J. Violência na escola, processos de socialização e formas de regulação. Sociologia, **Problemas e Práticas**, n. 71, p. 23-37, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n71/n71a02.pdf> Acesso em: 20/06/2023.

SEBASTIÃO. J. Violência na escola: uma questão sociológica. **Interacções**, n. 13, p. 33-62, 2009.

SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. 2 ed. São Paulo: Globo, 2015. 146p.

SILVA, J. L. *et al.* Bullying: conhecimentos, atitudes e crenças dos professores. **Psico**, Uberaba, v. 45, n. 2, p. 147-156, abr./ jun. 2014.

SILVA, L.O; BORGES, B.S. Bullying nas escolas. **Direito & Realidade**, v.6, n.5, p.27-40/2018

SILVA, T. DAL BOSCO; SILVA, M. R. Os professores e o combate à violência na escola: bullying e responsabilidade. **Olhares**, v.9, n.1, 2021. <https://doi.org/10.34024/olhares.2021.v9.11443>

SOKEN *et al.* Construção e validação de um instrumento para avaliação do conhecimento sobre dermatite associada à incontinência. **Enfermería Global**, v.68, outubro, 2022.

SOLUM, G. *et al.* Youth Quality of Life Instrument-Research version (YQOL-R): propriedades psicométricas em uma amostra comunitária. **Journal Pediatric**, v.88, n.5, p. 443-448, 2012.

SPERLING *et al.* Validação de um instrumento para rastreamento do câncer do colo do útero em mulheres com deficiência física. **HOLOS**, Ano 37, v.1, e10733, 2021.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n.1, p. 24-39, 2001.

TARREGA, M.C.V.B *et al.* Bullying: legislação brasileira e o impacto social do fenômeno no contexto escolar. **Rev Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v.13, n. 30, p.571-584, maio-ago. 2021.

TONEGTTA *et al.* Validação de instrumento sobre engajamento e desengajamento moral de docentes diante do bullying na escola. **RIAAE- Revista Íbero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v.16, n.1, p.292-319, jan/mar.2021.

TORO, G. V. R.; NEVES, A. S.; REZENDE, P. C. M. Bullying, the use of violence in school context: reflections about a social symptom. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 123-137, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>

TREVISOL, M. T. C.; CAMPOS, C. A. Bullying: verificando a compreensão dos professores sobre o fenômeno no ambiente escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v.20, n. 2, p. 275-283, Maio/Ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n2/2175-3539-pee-20-02-00275.pdf> Acesso em: 20/05/2023

VARANDA, S. S; BENITES, L. C.; SOUZA NETO, S. O processo de validação de instrumentos em uma pesquisa qualitativa em Educação Física. **Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer**. Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 01-15, janeiro/março, 2019.

VIANNA, J.A.; SOUZA, S.M.; REIS, K.P. *Bullying* nas aulas de Educação Física: a percepção dos alunos no Ensino Médio. **Ensaio: aval.pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.23, n.86, p.73-93, jan./mar.2015.

VIANNA, J.A.; SOUZA, S.M.; REIS, K.P. **Bullying e gênero nas aulas de educação física**. Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE); V Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE). Brasília, 02 a 07 de Agosto, 2013.

VIEIRA JR, F.U.; VIEIRA, K.M.R.; MORETTI, A.C. *Bullying* com adolescentes escolares em diversos contextos educacionais. **Rev enferm UFPE online**, Pernambuco, v.14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/243622/34589> . Acesso em 24/01/2022.

ZAGURY, T. **Professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

APÊNDICE A - Termo de Autorização Institucional



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira
 Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica



TÍTULO DA PESQUISA: *BULLYING* NA ESCOLA: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Pesquisador responsável: Ana Paula Lobo

E-mail: anaplobo_8@yahoo.com.br

Telefone para contato: (21) 983524321

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Vianna

E-mail: vianna.ja@gmail.com

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – PPGEB CAp UERJ

Eu, _____ (nome legível), responsável pela Instituição _____ (nome legível da instituição), declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, podemos revogar esta autorização, a qualquer momento, se comprovadas atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ao sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro, ainda, que não recebemos qualquer tipo de remuneração por esta autorização, bem como os participantes também não o receberão. E asseguramos que possuímos a infraestrutura necessária para a realização/desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa só terá início nesta instituição após apresentação do **Parecer de Aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos**.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____

 Responsável pela Instituição (assinatura e carimbo legível)

Agradecemos sua colaboração ao participar desta pesquisa. Se desejar qualquer informação adicional sobre este estudo, envie uma mensagem: Prof. Dr. José Antonio Vianna (vianna.ja@gmail.com). Após o início da pesquisa, caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: R. São Francisco Xavier, 524, sala 3020, Bloco E, 3.º andar - Maracanã – Rio de Janeiro/RJ, e-mail: etica@uerj.br – telefone: (021) 2334 2180.

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira
Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Pesquisa

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulado(a), *Bullying* na escola: construção e validação de um questionário sobre a percepção dos professores, conduzida por Ana Paula Lobo e José Antonio Vianna. Este estudo tem por objetivo construir e validar um instrumento para identificação do *bullying* no ambiente escolar.

Procuraremos analisar o fenômeno *bullying* com enfoque no professor e na sua percepção. A fim de alcançar o objetivo desta pesquisa, os participantes irão avaliar um instrumento de pesquisa (questionário), responderão perguntas fechadas acerca do instrumento e serão entrevistados com relação ao entendimento dos domínios e itens.

Você foi selecionado(a) por ser professor especialista, pesquisador com conhecimento a respeito do *Bullying* e com ampla experiência em docência.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar em qualquer etapa do estudo, bem como, inclusive, de retirar o seu consentimento para participar desta pesquisa.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes. Também não traz benefício imediato para você, mas, ao participar deste estudo, você contribuirá para a comunidade científica, para o refinamento dos procedimentos de gestão escolar na prevenção e controle do *bullying* nas escolas e no desenvolvimento de políticas públicas de combate e prevenção do *bullying*.

Os riscos de sua participação no presente estudo são mínimos podendo, eventualmente, ocorrer cansaço. Nestes casos, como também sempre que o desejar, sua participação poderá ser suspensa, não havendo quaisquer repercussões sobre sua manifestação de que queira deixar de participar da pesquisa, a qualquer momento. As informações sobre os participantes desta pesquisa serão tratadas de forma confidencial e sigilosa, ou seja, em nenhum momento seu nome será divulgado em qualquer fase do estudo. Os resultados serão apresentados de forma a não permitir, sob nenhuma hipótese, revelar sua identidade. Os dados coletados serão utilizados apenas para esta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou publicações acadêmico-científicas, mas sem identificação de pessoas e nomes.

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Quaisquer dúvidas referentes aos procedimentos, riscos benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podem ser esclarecidos com o pesquisador responsável do estudo, antes, durante ou após a sua realização por meio do endereço: Rua Fagundes Varela nº 549/606, Ingá – Niterói, RJ. Telefone para contato: (21) 983524321. E-mail: anaplobo_8@yahoo.com.br

Ao decidir participar da pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone/e-mail da pesquisadora responsável, bem como do Programa de Mestrado onde está inserida, podendo tirar as suas dúvidas sobre sua participação, agora ou a qualquer momento. Caso o(a) Sr.(a) tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail:

coep@sr2.uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Desde já, agradeço sua participação!

Contatos do pesquisador responsável: Ana Paula Lobo

Orientanda de Mestrado (PPGEB/CAP-UERJ)

Telefone para contato: (21) 983524321

E-mail: anaplobo_8@yahoo.com.br

Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica CAP-UERJ

Contato: 2333-8169

E-mail: ppgeb.capuerj@gmail.com

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Declaro ter lido e entendido com clareza o presente TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar como voluntário do estudo proposto.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2023.

Nome completo (legível): _____

Identidade: _____

CPF: _____

Contatos do participante: _____

Assinatura do pesquisador

Assinatura do participante

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira
 Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Pesquisa

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulado (a), *Bullying* na escola: construção e validação de um questionário sobre a percepção dos professores, conduzida por Ana Paula Lobo e José Antonio Vianna. Este estudo tem por objetivo construir e validar um instrumento para identificação do *bullying* no ambiente escolar.

Procuraremos analisar o fenômeno *bullying* com enfoque no professor e na sua percepção. A fim de alcançar o objetivo desta pesquisa, os participantes responderão um questionário com perguntas fechadas acerca do tema e serão entrevistados individualmente com relação ao entendimento dos itens e das palavras e quanto ao preenchimento das respostas.

Você foi selecionado(a) por ser professor da educação básica no ensino fundamental II e ensino médio.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar em qualquer etapa do estudo, bem como, inclusive, de retirar o seu consentimento para participar desta pesquisa.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes. Também não traz benefício imediato para você, mas, ao participar deste estudo, você contribuirá para a comunidade científica, para o refinamento dos procedimentos de gestão escolar na prevenção e controle do *bullying* nas escolas e no desenvolvimento de políticas públicas de combate e prevenção do *bullying*.

Os riscos de sua participação no presente estudo são mínimos podendo, eventualmente, ocorrer cansaço. Nestes casos, como também sempre que o desejar, sua participação poderá ser suspensa, não havendo quaisquer repercussões sobre sua manifestação de que queira deixar de participar da pesquisa, a qualquer momento. As informações sobre os participantes desta pesquisa serão tratadas de forma confidencial e sigilosa, ou seja, em nenhum momento seu nome será divulgado em qualquer fase do estudo. Os resultados serão apresentados de forma a não permitir, sob nenhuma hipótese, revelar sua identidade. Os dados coletados serão utilizados apenas para esta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou publicações acadêmico-científicas, mas sem identificação de pessoas e nomes.

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Quaisquer dúvidas referentes aos procedimentos, riscos benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podem ser esclarecidos com o pesquisador responsável do estudo, antes, durante ou após a sua realização por meio do endereço: Rua Fagundes Varela nº 549/606, Ingá – Niterói, RJ. Telefone para contato: (21) 983524321. E-mail: anaplobo_8@yahoo.com.br

Ao decidir participar da pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone/e-mail da pesquisadora responsável, bem como do Programa de Mestrado onde está inserida, podendo tirar as suas dúvidas sobre sua participação, agora ou a qualquer momento. Caso o(a) Sr.(a) tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco

Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: coep@sr2.uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Desde já, agradeço sua participação!

Contatos do pesquisador responsável: Ana Paula Lobo

Orientanda de Mestrado (PPGEB/CAP-UERJ)

Telefone para contato: (21) 983524321

E-mail: anaplobo_8@yahoo.com.br

Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica CAP-UERJ

Contato: 2333-8169

E-mail: ppgeb.capuerj@gmail.com

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Declaro ter lido e entendido com clareza o presente TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar como voluntário do estudo proposto.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2023.

Nome completo (legível): _____

Identidade: _____

CPF: _____

Contatos do participante: _____

Assinatura do pesquisador

Assinatura do participante

ANEXO A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Bullying na escola: construção e validação de um questionário sobre a percepção dos professores

Pesquisador: ANA PAULA LOBO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68749423.0.0000.5282

Instituição Proponente: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.114.859

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa intitulado "Bullying na Escola: Construção e Validação de um Questionário sobre a Percepção dos Professores" está sob a responsabilidade de Ana Paula Lobo, mestranda do Programa de Pós-graduação de Ensino em Educação Básica –Curso de Mestrado Profissional. A pesquisa é orientada pelo Prof. Dr José Antonio Vianna.

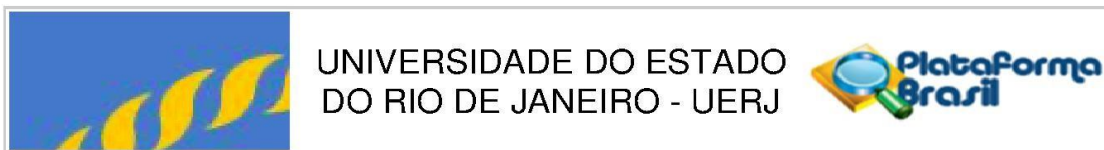
Trata-se de uma pesquisa com vistas ao "O processo de construção e validação do questionário será baseado nos estudos de Coluci et al (2015), conforme explicitado pela pesquisadora. A coleta de dados será realizada por meio de questionário com perguntas fechadas e entrevista individual.

A pesquisa prevê 45 participantes. De acordo com o desenho metodológico da pesquisa, 5 a 10 participantes farão parte do "comitê de avaliação que será composto por 5 a 10 juízes especialistas e pesquisadores na área de conhecimento do instrumento e com ampla experiência em docência". Os demais participantes serão professores do ensino fundamental II e do ensino médio de uma escola pública localizada no município de São Gonçalo.

Os critérios de inclusão e exclusão dos participantes são explicitados.

Para o comitê de juízes, os critérios de inclusão configuram-se em participantes que sejam especialistas e pesquisadores na área de conhecimento em tela e tenham ampla experiência em

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 6.114.859

docência.

Na etapa de pré-teste, os professores participantes devem atuar no EFII e no ensino médio na escola pública onde será realizada a pesquisa.

Como critério de exclusão, a pesquisadora indica que serão desconsiderados participantes que trabalhem na escola, mas não exerçam a docência.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos primários e secundários foram explicitados.

Como objetivo primário, a pesquisadora aponta “construir e validar um instrumento para identificação do bullying no ambiente escolar”.

Como objetivos secundários, são indicados:

- a) Construir domínios de perguntas no questionário que identifiquem a percepção dos professores sobre casos de bullying na escola.
- b) Construir itens de perguntas no questionário sobre a percepção dos professores a respeito da lei do bullying.
- c) Avaliar a clareza, a representatividade e a abrangência dos domínios e dos itens no questionário.
- d) Construir um questionário sobre a percepção dos professores acerca do fenômeno bullying na escola.
- e) Realizar a validade de conteúdo do questionário “Bullying na escola: a percepção dos professores”.

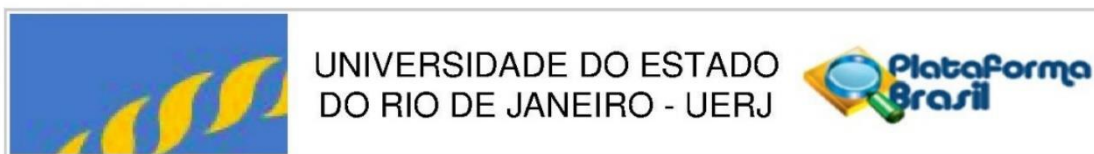
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios também são apresentados.

Em relação aos riscos, a pesquisadora os considera como mínimos e indica possível cansaço ao participar da fase de pré-teste. Como forma de mitigar tais riscos, a pesquisadora indica que os participantes poderão desistir ou interromper a participação na pesquisa.

No que concerne os benefícios, a pesquisadora indica que a “elaboração de um instrumento que verifique a percepção dos professores pode contribuir para o refinamento dos procedimentos de

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3º and. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 6.114.859

gestão escolar na prevenção e controle do bullying nas escolas e no desenvolvimento de políticas públicas de combate e prevenção do bullying”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O financiamento é próprio e o orçamento é apresentado.

O cronograma é apresentado e mostra-se adequado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em relação aos Termos de apresentação obrigatória:

1. A Folha de rosto está devidamente assinada e carimbada pela pesquisadora e pela vice-diretora do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira.
2. OTCLE para os professores do EF II e Ensino Médio foi apresentado e está de acordo com as exigências.
3. O TCLE para os participantes do comitê de avaliação foi apresentado.
4. O TAI foi apresentado e está assinado pelo diretor geral da escola onde será realizada a pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ deliberou pela aprovação deste projeto, visto que não há implicações éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar o Relatório Anual - previsto para junho de 2024. O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ deverá ser informado de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Tendo em vista a legislação vigente, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ recomenda ao(à) Pesquisador(a): Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e/ou no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para análise das mudanças; informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa; o comitê de ética solicita a V.S.^a que encaminhe

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3º and. Sl 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - UERJ



Continuação do Parecer: 6.114.859

a este comitê relatórios parciais de andamento a cada 06 (seis) meses da pesquisa e, ao término, encaminhe a esta comissão um sumário dos resultados do projeto; os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2084470.pdf	30/05/2023 10:51:34		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_cronograma_modificado.docx	30/05/2023 10:48:50	ANA PAULA LOBO	Aceito
Outros	documento_carta.docx	30/05/2023 10:46:27	ANA PAULA LOBO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_avaliadores.docx	24/05/2023 18:15:29	ANA PAULA LOBO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	05/04/2023 20:14:39	ANA PAULA LOBO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.PDF	08/02/2023 11:30:25	ANA PAULA LOBO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Ana_Paula_Lobo.docx	04/02/2023 20:39:07	ANA PAULA LOBO	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_institucional.pdf	04/02/2023 20:35:15	ANA PAULA LOBO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3º and. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - UERJ



Continuação do Parecer: 6.114.859

RIO DE JANEIRO, 13 de Junho de 2023

Assinado por:
Rosa Maria Esteves Moreira da Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3º and. Sl 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br